



UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS

2023

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
MEDIDAS DE VALOR PARA EMPRESAS DO
TERCEIRO SETOR**

UNIFEOB

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
MEDIDAS DE VALOR PARA EMPRESAS DO
TERCEIRO SETOR

UNIFEOB

MÓDULO DE AUDITORIA E PERÍCIA

Auditoria Contábil – Prof. Paulo César Montanheiro

Avaliação de Empresas – Prof. Luiz Fernando Pancine

Gestão de Pessoas e Rotinas Trabalhistas – Prof. Danilo Morais Doval

Perícia e Arbitragem Contábil – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Auditoria e Perícia – Prof^ª. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Kaua Enrique Oliveira Justino, RA 20001252

Matheus do Amaral Roque, RA 20000087

Pedro Paulo Felisberto da Silva, RA 22000984

Rodrigo César da Silva, RA 20000168

Vinícius Fenólio Tonhão, RA 21000577

Wender Zampalin Ferreira, RA 20000089

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
JUNHO 2023

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 4 |
| 2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA | 5 |
| 3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL | 6 |
| 3.1 AUDITORIA CONTÁBIL | 7 |
| 3.1.1 ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO | 9 |
| 3.2 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS | 11 |
| 3.2.1 MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE EMPRESA | 12 |
| 3.2.2 MEDIDAS DE VALOR DE CAIXA E FLUXO DE CAIXA | 17 |
| 3.2.3 ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA | 19 |
| 3.3 GESTÃO DE PESSOAS E ROTINAS TRABALHISTAS | 29 |
| 3.3.1 DOS PROCEDIMENTOS PRÉ ADMISSIONAIS | 30 |
| 3.3.2 DOS PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS REGULARES | 31 |
| 3.3.3 SIMULAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO | 33 |
| 3.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL | 34 |
| 3.4.1 PERÍCIA CONTÁBIL | 35 |
| 3.4.2 LAUDO PERICIAL E PARECER CONTÁBIL | 37 |
| 3.4.3 PERÍCIA EXTRAJUDICIAL | 38 |
| 3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ | 40 |
| 3.5.1 COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ | 40 |
| 3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA | 41 |
| 4 CONCLUSÃO | 42 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| ANEXOS | 46 |

1 INTRODUÇÃO

No projeto de extensão proposto para o módulo de Auditoria e Perícia, temos como desafio analisar as medidas de valor para uma empresa do Terceiro Setor, sendo que este estudo será colocado em prática com a verificação e análise de como é feito o controle interno e o fluxo de caixa da organização, além de fazermos o levantamento das melhores práticas trabalhistas para atendimento a legislação vigente e concluirmos com a elaboração de um laudo pericial contábil sobre as informações relacionadas a folha de pagamento.

Mas, afinal, quais são as empresas do Terceiro Setor?

O Terceiro Setor é constituído pelas organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é gerar impacto positivo na sociedade, a partir de ações e atividades que visam diminuir as desigualdades sociais. Como principais exemplos de empresas desse setor, podemos citar: as Fundações, Entidades Beneficentes, Fundos Comunitários, Entidades sem fins lucrativos, Institutos e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Diante do conhecimento apresentado no parágrafo acima, para a realização do projeto, escolhemos o Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos (UNIFEOB). Desse modo, com a empresa definida e a partir dos conteúdos ministrados pelos professores ao longo do semestre, buscamos melhores métodos e ferramentas para desenvolver um excelente projeto, alinhando conhecimento teórico com aplicação prática. Enfim, ao término desse módulo, esperamos atingir todos os objetivos propostos no início.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

Sendo uma instituição de ensino superior, o campus Mantiqueira da UNIFEOB está localizado na Avenida Dr. Octávio Bastos, 2439 - JD Nova São João - São João da Boa Vista, estado de São Paulo, Brasil. Fundada em 1965, a universidade oferece uma ampla gama de cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos, nas áreas de Ciências Exatas, Humanas, Biológicas e da Saúde, além de cursos na modalidade de ensino a distância (EAD), o que a categoriza no CNAE 85.31-7-00: educação superior - graduação.

A Fundação De Ensino Octávio Bastos, razão social da instituição, carrega o CNPJ de número 59.764.555/0002-33 e tem como missão promover a formação integral de seus alunos, desenvolvendo competências técnicas e habilidades socioemocionais para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade, ou seja, transformar a vida das pessoas através da educação. Para isso, a instituição conta com uma equipe de professores altamente qualificados e uma infraestrutura moderna, que inclui laboratórios, biblioteca, salas de aula e ambientes de convivência.

Além disso, a UNIFEOB tem um compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade social, desenvolvendo projetos e ações que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e para a preservação do meio ambiente.

Ademais, a UNIFEOB é reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e possui nota 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), indicador que mede a qualidade das instituições de ensino superior no Brasil.

Seus principais concorrentes, tratando-se de ensino superior, são as outras faculdades da cidade, como UNIFAE, Instituto Federal, Unesp e polos de faculdades que oferecem graduações de ensino superior na modalidade EAD.

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

O projeto de consultoria empresarial é uma iniciativa que tem como objetivo a prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do semestre estudado, sendo este o módulo de auditoria e perícia contábil. Para tal, todas as disciplinas lecionadas são parte fundamental, contribuindo para o desenvolvimento pleno das atividades atribuídas.

Para uma melhor contextualização da importância de cada matéria, segue uma breve descrição de suas principais contribuições:

Na unidade de estudo de Auditoria Contábil, ministrada pelo professor Paulo César Montanheiro, será realizado todo o processo de auditoria referente ao sistema da organização, através de técnicas devidamente apropriadas. Com isso, torna-se possível identificar e avaliar os processos, evidenciar com clareza as evidências auditadas fazendo comparativos com a realidade, buscando a veracidade dos fatos contábeis e, posteriormente, opinar sobre o examinado, através de um relatório.

Todas essas informações são baseadas nas teorias da auditoria contábil, que constitui o conjunto de procedimentos técnicos, tendo por objetivo fazer a emissão de um relatório que evidencie as adequações necessárias que sejam consonantes com as normas e com a legislação pertinente, avaliando também a funcionalidade e eficácia do sistema de controle interno presente na empresa.

Na unidade de estudo de Avaliação de Empresas, lecionada pelo professor Luiz Fernando Pancine, será analisado o valor da empresa em pauta, isto é, o seu Valuation.

Entende-se como Valuation, o processo que permite estimar o valor justo de uma organização. Para tanto, é utilizado métodos quantitativos que avaliam o histórico financeiro, o mercado e as perspectivas de crescimento do negócio. Enfim, a partir dessa ferramenta todos os stakeholders conhecem o valor de uma empresa.

Assim sendo, para realizar o processo da determinação do Valuation, é necessário ter conhecimento estratégico e técnico, além de compreender profundamente o setor e as condições na qual a empresa se encontra, com o objetivo de se chegar ao método mais adequado de cálculo. Portanto, a partir da avaliação assertiva do valor das empresas, às respectivas partes interessadas na mesma, estarão melhor embasadas para tomar as suas decisões.

Na unidade de estudo de Gestão de Pessoas e Rotinas Trabalhistas, lecionada pelo professor Danilo Morais Doval, será elaborada uma descrição das práticas trabalhistas, como por exemplo como é feito o processo de recrutamento e seleção, processo admissional, a relação com exames médicos (admissional, periódico e demissional), elaboração de laudos PGR, LTCAT, PCMSO, o controle de atestados médicos e afastamentos.

Os procedimentos dentro das rotinas trabalhistas, como por exemplo: pagamentos de salários, férias, décimo terceiro salário, as horas extras, adicional de insalubridade, adicional noturno, os encargos sociais INSS, FGTS, IRRF e sindicatos, são outros temas abordados durante o projeto.

Lecionada pelo professor Antonio Donizeti Fortes, a disciplina de perícia e arbitragem contábil apresenta, como objetivo neste projeto, a elaboração extrajudicial de um laudo pericial. O quesito a ser tratado pela equipe é a análise e revisão dos cálculos da folha de pagamento da instituição UNIFEQB. Para tal, conceitos como os tipos de perícia, nomeação e planejamento da perícia contábil são trabalhados e desenvolvidos com o auxílio do docente.

3.1 AUDITORIA CONTÁBIL

Uma das sete grandes áreas da contabilidade, a auditoria contábil é uma atividade praticada desde 1314 - na Inglaterra - em contas públicas, como dito pelo CRC do Ceará. Realizada por profissionais especializados em contabilidade, a auditoria contábil é descrita pela equipe do site Conta Azul “como um serviço de análise da situação financeira de um negócio”.

O processo da auditoria contábil sempre será realizado com ceticismo, buscando encontrar a verdadeira posição da empresa auditada por meio de testes de controles e substantivos. Esses testes podem ser na forma de exames em documentos, livros contábeis, registros, recálculos, indagações a pessoas com conhecimento financeiro ou não financeiro, entre outros procedimentos.

Em muitos casos, o auditor contábil precisará optar por aplicar os testes em amostras no lugar da população total, devido ao alto número de movimentações, como nos casos em que a empresa possui centenas de fornecedores diferentes. Esta ação traz consigo riscos de distorção, o que torna preciso avaliar qual o tamanho do risco de distorção que pode ser tolerado, aplicando mais testes para quanto menor for o risco aceitável.

Após praticar tais ações, o auditor contábil consegue reunir evidências que o permite realizar comparações entre as práticas contábeis e a realidade encontrada na empresa, assim verificando a confiabilidade e transparência das informações contábeis e a eficácia e eficiência do controle interno.

Como resultado final destas ações, o auditor contábil emite um relatório que, no caso da auditoria independente, será o relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis (RAIS/DC), podendo ser usado pelos gestores da empresa, pelos acionistas e outros stakeholders no intuito de avaliar a segurança da informação e a saúde da entidade.

- **Conceito de Auditoria:**

De acordo com Crepaldi (2002, p. 23), a auditoria pode ser definida como o levantamento, estudo e avaliação dos sistemas presentes na organização, ou seja, procedimentos, operações, rotinas e análise das demonstrações contábeis. A auditoria nesse âmbito é dividida em duas: auditoria independente e auditoria interna.

- **Auditoria Independente:**

Para Almeida (1996, p. 22):

Auditoria externa ou auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. No início as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos, visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos no mercado.

As empresas de maior porte e companhias com capital aberto são obrigadas a realizar o procedimento de auditoria independente.

- **Auditoria Interna:**

Em conformidade com o que a EPR Consultoria define, a auditoria interna é exercida por profissionais da própria empresa, tendo como objetivo avaliar os processos da organização, levantar informações sobre sua eficiência e eficácia, e desenvolver um plano de ação que auxilie a alta administração a tomar as melhores decisões.

Mesmo que seja realizada por colaboradores, a auditoria interna detém um certo grau de independência, podendo opinar sobre os setores, estando subordinada apenas à administração. Vale citar que, para conseguir alcançar tais objetivos, o auditor interno costuma realizar uma grande quantidade de exames para justificar a opinião de seu relatório.

3.1.1 ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO

Conforme define o Tribunal de Contas da União (2009), o controle interno é definido como um conjunto de ações desencadeadas pelas unidades internas da organização, cujo órgão central é a Controladoria, a qual agrega as mais diversas atividades de controle da administração, como a Auditoria, a Ouvidoria, a Corregedoria e o Controle Interno da Gestão. Com tamanha importância e influência nas ações da entidade, o sistema de controles internos precisa ter como base a ética e a transparência, atuando em todas as esferas da instituição, desde o planejamento das atividades até sua execução para oferecer a segurança de que os objetivos serão alcançados. Logicamente, existem parâmetros e princípios para que tudo isso ocorra da melhor maneira possível.

De acordo com o Manual de Controle Interno de 2022, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, p. 7, os objetivos, as metas institucionais e os princípios constitucionais da Administração serão obedecidos e os seguintes objetivos gerais de controle serão atendidos: I. eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações; II. integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de accountability; III. conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição; IV. adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

Dessa forma, o controle serve como um instrumento de auxílio da empresa a fim de conduzir a gestão, tornando-a, essencialmente, voltada para o atendimento e cumprimento dos interesses visados pelo ente empresarial. O conteúdo do controle deve consistir no atendimento dos objetivos da empresa, obviamente, estando em conformidade com a legislação. Tendo sempre suporte documental analítico disponível para a controladoria, que terão como objetivos: garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; prevenir erros e irregularidades, e em caso de ocorrência dos mesmos, possibilitar descobri-los o mais rápido possível; localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção; salvaguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da empresa.

Ainda em conformidade com o que é explicado pelo Tribunal de Contas da União (2009), o objetivo do controle interno, no qual é evitar a ocorrência de irregularidades no

ambiente operacional e contábil, são definidos princípios, constituídos por um conjunto de regras, diretrizes e sistemas que visam alcançar tal propósito. Entre esses princípios e seus respectivos objetivos podemos citar:

- **Relação custo/benefício** - consiste na avaliação do custo de um controle em relação aos benefícios que ele pode proporcionar a organização, isto é, avalia se determinado processo é realmente necessário;
- **Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários** - a eficácia e a eficiência dos controles internos da gestão está diretamente relacionada à competência, à formação profissional e à confiabilidade do pessoal.
- **Delegação de poderes e definição de responsabilidades** - a delegação de competência, será utilizada como ferramenta de descentralização administrativa, para garantir maior rapidez e objetividade às decisões.
- **Segregação de funções** - deve haver a separação entre as funções de autorização, aprovação de operações, execução, controle e contabilização, para que todos os colaboradores estejam alinhados à missão da empresa.
- **Instruções devidamente formalizadas** - é indispensável que as ações, procedimentos e instruções sejam disciplinados pela autoridade competente de forma clara e objetiva, possibilitando um maior nível de segurança nos processos internos da organização.
- **Controles sobre as transações** - estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, é essencial para evitar fraudes.
- **Aderência a diretrizes e normas legais** – o controle interno da gestão deve assegurar observância às diretrizes, aos planos, às normas, às leis, aos regulamentos e aos procedimentos administrativos.

Quanto maior for o grau de adequação dos controles internos administrativos a estes princípios, menor será a vulnerabilidade dos riscos inerentes à gestão. Percebe-se então que para o Sistema de Controle Interno de uma entidade funcionar adequadamente é necessário que se estabeleça e se mantenha uma estrutura eficaz, com regras bem definidas de controle e um quadro de colaboradores comprometidos e competentes.

Portanto, é possível afirmar que, um controle de qualidade pode proporcionar à empresa informações e apontamentos úteis, que irão possibilitar soluções para os erros, manutenções de objetivos e planejamento com visões melhor qualificadas. Com isso, vemos que é importante analisar os gastos e perdas, e de onde estão surgindo tais fatos, para que a

empresa consiga ficar estável ou melhore seu desempenho. É essa a visão que o controle deve ter para que seu trabalho seja eficiente e auxilie a empresa. Diante do disposto relatado, temos a constatação, que quanto mais eficaz é o sistema de controle interno, menos trabalhoso será o processo de auditoria de uma empresa.

- **Avaliação do Controle Interno:**

Diante das fundamentações feitas em relação aos controles internos e analisando as respostas do questionário disponibilizado, é possível definir que o sistema de controle da empresa em questão analisada possui um bom desempenho, ou seja, está conseguindo auxiliar os administradores para garantir a veracidade dos dados contábeis e operacionais. Um dos seus pontos fortes é a adequação de suas demonstrações contábeis, evidenciada pelo relatório do auditor independente realizada, segue:

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Já como ponto negativo, identifica-se a falta de detalhamento nas respostas fornecidas, temos como exemplo o tópico de compras e vendas. Não há citação neste tópico, se as empresas que vendem os produtos possuem aptidão para o mesmo, ou seja, se o seu CNAE está enquadrado para o fornecimento do produto e se as empresas possuem certidão negativa de débitos com a Receita Federal. Ainda podemos adentrar no tópico de folha de pagamento, em que somente é abordado o quesito de valores, que são registrados corretamente, porém outros detalhes devem ser considerados, como a quantidade de dias de férias realizados e se estão corretamente computadas.

Conclui-se que os controles internos estão sendo eficientes, porém há formas de melhorar e garantir uma eficácia ainda mais satisfatória dos processos dentro da entidade, realizando de maneira mais detalhada e objetiva as análises dos procedimentos da organização.

3.2 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

Conhecida como business valuation, a avaliação de empresas é o processo de identificação do valor econômico-financeiro de uma empresa por meio da aplicação de um

modelo quantitativo, sendo realizada por variadas razões: entrada de um novo sócio, fusão de duas empresas, dissolução de uma companhia, abertura de capital, entre outras.

Segundo D'Áuria (1959, p.397), genericamente, "valor é a medida mental da utilidade ou eficiência das coisas (...)" e continua "(...) e são fatores positivos ou negativos do valor dos componentes: o uso, o tempo, a moeda, as leis econômicas e as condições da sociedade".

Os responsáveis por realizar o cálculo do valor justo de mercado reúnem diversos elementos da organização, com a finalidade de estabelecer a questão contábil ao valor monetário de bens intangíveis, o potencial de crescimento nos próximos anos, o grau de sofisticação de seus processos e o uso de tecnologias. Por conseguinte, a análise se torna mais fácil em negócios que apresentam amplos dados históricos e um produto ou serviço consolidado no mercado.

O objetivo da avaliação de empresas é alcançar o valor justo de mercado, representando de forma correta a potencialidade econômica de determinada companhia. Porém, embora busque a objetividade, o processo é marcado por subjetividade, pois está sujeito a influência de fatores abstratos e pelo fato do valor percebido de uma empresa para um indivíduo não ser exatamente o mesmo para outro, resultando em valores que nem sempre são iguais e em previsões marcadas por incertezas.

Ademais, existem fatores chaves para uma boa avaliação, sendo os principais: utilizar modelos simples, seguir princípios econômicos e analisar o ciclo do negócio. Sem dúvidas, é essencial fazer a projeção de quanto vale um determinado negócio, permitindo aos gestores aproveitar os pontos fortes da organização e trabalhar os quesitos que precisam ser mais bem avaliados, visando o planejamento estratégico para o longo prazo. Outrossim, as informações resultantes da análise são necessárias para os investidores terem o real conhecimento sobre os valores investidos na empresa e qual o seu potencial de rentabilidade.

3.2.1 MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE EMPRESA

De acordo com Naomi Sakuma (2018) há diversos métodos capazes de estabelecer o valor de uma empresa, não havendo um modelo de cálculo único e padrão admitido para todos os casos, ou seja, a escolha depende da realidade de cada empresa. Os cinco métodos mais utilizados no mercado são: Avaliação por Valor Patrimonial, Avaliação por Múltiplos, Avaliação por Fluxo de Caixa Descontado, Avaliação por Liquidação e Avaliação por Valor

de Mercado, sendo que o uso dos mesmos conjugado à experiência do avaliador é fundamental para garantir a confiabilidade dos resultados.

- **Avaliação por Valor Patrimonial:**

Também chamado de Valor Contábil, é o método que para o seu cálculo leva em consideração o patrimônio líquido de uma empresa, em conformidade com os dados do balanço patrimonial. Dessa forma, o seu resultado representa o desempenho histórico da organização, sendo indicado para empresas de grande porte e com grandes valores em seus ativos (principalmente no imobilizado).

A vantagem desse processo é a facilidade do seu cálculo (divide-se o valor do patrimônio líquido da companhia pela sua quantidade de ações). Contudo, é um dos métodos menos utilizados devido ao fato que, basicamente, a metodologia faz uso apenas do patrimônio da empresa para apurar seu valor. Portanto, ao considerar apenas uma situação momentânea do balanço patrimonial, acaba por deixar de lado fatores importantes, como as perspectivas de crescimento, o potencial de geração de caixa, benefícios futuros que o empreendimento pode gerar e o valor da marca por trás do negócio.

- **Avaliação por Múltiplos:**

Este método é aplicado quando se precisa realizar uma análise rápida do potencial de valor da empresa, considerando organizações com portes e atributos semelhantes para que a comparação seja válida e não ocorra incoerências. Desse modo, a avaliação tem como base a comparação da empresa em uma possível transação de compra, venda ou fusão, com outras que sejam semelhantes em termos de market share, tecnologia empregada, desempenho financeiros e porte.

As vantagens deste método é a sua utilidade em um universo de grande número de empresas comparáveis e a praticidade quando o preço médio do mercado está coerente com a realidade. As desvantagens são que a avaliação por múltiplos não leva em consideração o potencial de crescimento do negócio e a definição de empresas comparáveis é uma tarefa muito subjetiva, permitindo múltiplas interpretações.

- **Avaliação por Fluxo de Caixa Descontado:**

A avaliação por fluxo de caixa descontado (FCD) é a metodologia que reúne os bens tangíveis e os intangíveis da empresa, os investimentos realizados em ativos operacionais, o capital de giro, as despesas operacionais e administrativas, as dívidas, os riscos do segmento em que a organização atua e as suas metas estratégicas. Por isto, a avaliação é feita a partir da

capacidade de geração e valor da empresa em um período de tempo representativo de suas operações.

Esse cálculo basicamente utiliza a projeção de todo o fluxo de caixas futuros da companhia e considera-os ao valor presente. Dessa maneira, o método aborda a análise de fatores externos, como: carteira de clientes, grau e porte da concorrência e ambiente macroeconômico, proporcionando uma estimativa do desempenho do faturamento e das despesas em um período futuro.

A principal vantagem do FCD é que a capacidade da empresa de gerar lucros no futuro deve ser estimada a partir da projeção do fluxo de caixa para os anos seguintes, levando em consideração o custo de capital de negócio. Logo, é exigido dos analistas uma compreensão aprofundada dos negócios que estão avaliando e, por conta disso, força os mesmos a buscarem fundamentos sólidos a respeito das companhias. No entanto, as desvantagens são a alta demanda de tempo no seu desenvolvimento, além da abrangência de pressupostos que, muitas vezes, podem não condizer com a realidade naquele momento.

- **Avaliação por Liquidação:**

O cálculo da avaliação por liquidação soma os ativos (bens e direitos) da empresa e depois subtrai seus passivos (deveres e obrigações), o resultado final é o valor do empreendimento para o mercado. Para formar o valor da empresa, ignoram-se dados intangíveis, como o tamanho da carteira de clientes que o negócio tem, resultando assim o valor mínimo pelo qual uma empresa deve ser vendida. Em vista disso, este valor tenderá a ser menor quanto maior for a urgência na venda e menor for o poder de decisão do vendedor, tornando-se mais interessante para o investidor.

Como vantagem desse método se destaca a sua simplicidade e praticidade de cálculo. Entretanto, possui como desvantagens o fato de não dar importância aos dados intangíveis e a perspectiva de crescimento, por ser mais indicado para estimar o valor da empresa com prejuízo e sem perspectivas de melhoria futura.

- **Avaliação por Valor de Mercado:**

A avaliação de empresas por mercado busca analisar a relação entre a quantidade e o preço das ações de uma companhia, para apontar o seu valor. Para que tal método seja utilizado, é necessário estabelecer uma janela de tempo (3 meses, 6 meses ou 1 ano, por exemplo) a fim de calcular a média ponderada do preço das ações da empresa naquele período e dividir pelo volume. O resultado encontrado será o valor da empresa, segundo o cálculo.

As vantagens dessa metodologia é a sua praticidade e facilidade de ser calculado, além de demonstrar as previsões para o futuro da empresa e seu fluxo de caixa, feitas pelos investidores. Já as desvantagens ficam por conta da limitação de ser utilizado apenas para empresas de capital aberto e para ações com alta liquidez, e também há o fato de apresentar muitas variações de valores no curto prazo e considerar a premissa de que o mercado precifica de maneira justa e coerente os ativos, o que nem sempre acontece.

Mensuração de Ativos:

Após identificado o elemento do Ativo, é responsabilidade da contabilidade mensurá-lo com valores monetários significativos, tomando como base conceitos de valores de troca ou conversão condizentes com a realidade. Ademais, é mais fácil definir a mensuração do que fazer a mensuração, pois fatores como a falta de consenso na escolha padrão de medida, variação do poder aquisitivo da moeda, flutuações de preços, falta de identificação das necessidades dos usuários, contribuem para dificultar a mensuração.

Conforme Hendriksen (1992, p.488),

mensuração é o processo de designar montantes quantitativos monetários significativos a objetos relacionados na empresa e obtidos de tal maneira que eles são apropriados para agregação (tais como, a valoração total dos ativos) ou desagregação como requerido em situações específicas.

Os Ativos podem ser mensurados pelo Valor Histórico, Valor Histórico Corrigido, Valor de Realização de Mercado, Valor de Realização Líquido, Valor de Liquidação e Valor de Reposição.

● Valor Histórico:

Seguindo o Princípio do Registro pelo Valor Original, o valor histórico é o valor registrado de todos os ativos pagos ou recebidos pelo justo valor na data de aquisição. Então, significa dizer que todos os valores tomados como base são os mesmos informados na data da aquisição dos ativos.

Como exemplo, basta imaginar que uma empresa em 31/12/2022 comprou um veículo no valor de R \$100.000,00 para uso. Desconsiderando-se fretes, seguros e impostos, o valor registrado no ativo imobilizado foi igual ao adquirido.

● Valor Histórico Corrigido:

Este representa uma correção do valor originalmente registrado, alterando-se positivamente ou negativamente o valor de um ativo. Ou seja, é o valor de entrada de um ativo que difere das bases de saída como os valores justo, em uso ou de cumprimento.

Seguindo o exemplo apresentado acima, o veículo adquirido em 2022, ao ser analisado no balanço de 31/12/2023, sofreu uma desvalorização por sua depreciação natural de 20,00%.

Desconsiderando o valor residual para essa conta, o veículo passaria a ter um valor contábil de R \$80.000,00.

- **Valor de Realização de Mercado:**

O valor de realização de mercado se trata do valor que um ativo pode ser vendido atualmente, perante a avaliação do mercado. É importante destacar que as situações do mercado como oferta e demanda, cenário político, taxa de juros e condições econômicas influenciam na hora de realizar a avaliação do ativo. Quando se vende um ativo por realização de mercado, deve-se ter em mente que o valor pode ser maior ou menor daquele registrado na contabilidade da empresa.

Se um ativo está registrado na contabilidade por R \$50.000,00 reais e vai ser vendido baseado no valor de mercado, pode ser que chegue a valer R \$60.000,00 ou R \$45.000,00 reais por exemplo, de acordo com as situações do mercado.

- **Valor de Realização Líquido:**

O valor de realização líquido é o preço de venda estimado no curso formal dos negócios, sendo deduzidos dos custos projetados para a sua conclusão e dos gastos necessários para a realização da venda, ou seja, é um dos métodos de mensuração dos estoques.

Pode-se citar como exemplo, uma montadora de carros que quando vende um carro por R \$100.000,00 e tem gastos de venda, como comissões de R \$2.000,00. Neste caso, o valor de realização líquido dessa venda será de R \$98.000,00.

- **Valor de Liquidação:**

O valor de liquidação é definido através de diversas circunstâncias, mas é caracterizado pela urgência que se tem em levar uma operação de venda adiante o mais rápido possível. Logo, a principal característica dessas operações é que o valor de liquidação do bem será abaixo do valor de mercado e até mesmo do valor contábil ou nominal.

Motivos que levam um bem a ser vendido por um preço abaixo do seu valor justo de mercado:

- O ativo negociado está gerando prejuízo para a empresa. Por isso, precisa ser vendido o mais rápido possível para evitar que o mesmo continue resultando em prejuízos.
- Existência de alguma pressão externa para que a negociação aconteça logo;
- Problemas de liquidez que precisam ser estancados rapidamente. Sendo assim, a venda de um ativo pode ajudar a empresa a ter dinheiro em caixa para pagar as suas obrigações.

Portanto, o valor de liquidação pode ser uma vantagem para investidores que querem comprar ativos abaixo dos valores de mercado, devido a necessidade por parte dos proprietários em vendê-los com urgência.

Como exemplo, pode-se citar uma empresa que está enfrentando necessidade de recursos em caixa, isto é, não têm dinheiro para cumprir com obrigações de vencimento imediato. Em seu imobilizado há um veículo que está sendo pouco utilizado em sua produção. Diante dessa situação, a empresa concorda em vender o mesmo, que possui como valor justo R \$100.000,00 por R \$70.000,00, com a finalidade de obter recursos e pagar as suas obrigações.

- **Valor de Reposição:**

O valor de reposição refere-se a medida ou estimativa do valor de um bem em casos que seja necessário a substituição do mesmo por motivos de danos irreparáveis ou desaparecimentos, por exemplo. Normalmente, toma-se como base o valor de mercado do ativo e leva em consideração o custo de produção, transporte, instalação e outras despesas necessárias para colocar o ativo em funcionamento.

Enfim, o valor de reposição pode ser usado para determinar o valor contábil de um ativo ou para fins de seguro, assegurando que as condições de funcionamento, uso e desgaste sejam semelhantes ao bem que está sendo substituído ou repostado. Em casos de acionamento de seguros de automóveis, a corretora de seguros usaria o valor de reposição para garantir que o segurado tivesse o seu ativo repostado nas mesmas condições. O valor poderia se basear no valor de mercado do bem. Por exemplo, caso a empresa tenha um automóvel roubado, e de acordo com a tabela FIPE o mesmo valesse R \$100.000,00, a corretora responsável pelo seguro pagaria este montante para a empresa segurada.

3.2.2 MEDIDAS DE VALOR DE CAIXA E FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa:

Segundo Márcio Roberto Andrade (2023) o fluxo de caixa é uma ferramenta contábil que tem como objetivo acompanhar as finanças, os investimentos e os rendimentos da organização, onde são registradas todas as movimentações financeiras do caixa em um determinado período de tempo. Por consequência, ao fazer o acompanhamento de todas as entradas e saídas de recursos da empresa, possibilita rastrear os gastos e realizar a projeção de lucros para períodos futuros.

Ademais, o objetivo do fluxo de caixa é garantir que o negócio tenha condições financeiras adequadas para se desenvolver e crescer, ajudando as empresas a monitorar todo o dinheiro que entra em seu caixa e qual parte dele será responsável por cobrir as despesas do dia a dia. Além de tudo, investir em uma boa ferramenta de fluxo de caixa é essencial para manter as portas da companhia abertas, tendo em vista que sem um correto fluxo de caixa, não há lucro real no negócio. Enfim, controlar as movimentações financeiras abre o caminho para a empresa ter lucratividade em suas operações.

A gestão do fluxo de caixa proporciona vários benefícios para o funcionamento de uma empresa, tanto a curto quanto a longo prazo, permitindo que o empreendedor tenha maior visibilidade sobre suas condições financeiras, facilitando o desenvolvimento de projeções de receitas e despesas. Portanto, o fluxo de caixa é um importante aliado na tomada de decisão dos proprietários ou dos investidores, pois ao utilizar o método é possível estimar o retorno ou o valor de determinado investimento, além de observar oportunidades e ameaças.

Para a realização do cálculo do fluxo de caixa é necessário utilizar o indicador do Ebitda, permitindo avaliar a capacidade de geração de caixa da empresa.

Ebitda - Earning Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization:

Ebitda, indicador muito utilizado na administração financeira para medir os resultados das empresas, significa “Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”. Em português, é chamado de Lajida “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”.

Como o próprio nome já diz, esse indicador descarta certas contas (impostos sobre o lucro, resultados financeiros, depreciações e amortizações) da demonstração do resultado no momento de seu cálculo, a fim de extrair e avaliar o desempenho das empresas. Ele permite, por exemplo, visualizarmos empresas com boa perspectiva de lucratividade que, no momento, não apresentam resultados satisfatórios devido aos seus grandes encargos.

Diante disso, pode-se calcular este indicador a partir da DRE pela seguinte fórmula:

$$\text{EBITDA} = \text{Lucro Antes do Imposto De Renda e Contribuição Social} + \text{Despesas Financeiras Líquidas} + \text{Depreciações} + \text{Amortizações}$$

Enfim, conclui-se que o Ebitda evidencia o resultado proveniente das atividades operacionais, representando assim, o poder de geração de caixa da empresa em análise.

Valor Presente Líquido (VPL):

O valor presente líquido (VPL), é um instrumento que traz para a data zero os fluxos de caixa (positivos e negativos) de um projeto de investimento, somando-se o valor investido inicial, com a taxa mínima de atratividade (TMA). Dessa forma, investidores podem utilizar desse indicador para projetar qual é o Valuation de uma empresa, antes de tomar a decisão se vale a pena investir ou não na mesma.

Ademais, a taxa mínima de atratividade trata-se de uma taxa de juros que representa o mínimo que o investidor se propõe a ganhar quando aplica seus recursos, ou o máximo que uma entidade está disposta a pagar quando faz um financiamento. Sendo assim, ao aplicar a TMA juntamente com a fórmula do valor presente, o investidor consegue fazer uma estimativa do lucro sobre um investimento, reduzindo a sua possibilidade de ter prejuízos.

Para o cálculo do Valor Presente Líquido, deve-se aplicar a seguinte fórmula:

$$\text{VPL} = \text{FC}_0 + \text{FC}_1/(1+\text{TMA})^1 + \text{FC}_2/(1+\text{TMA})^2 + \dots + \text{FC}_n/(1+\text{TMA})^n.$$

Elementos da fórmula:

- **VPL:** Soma dos fluxos de caixa estimados da empresa. O seu resultado determinará a viabilidade do investimento.
- **FC 0:** Fluxo de caixa no início da operação (período zero).
- **TMA:** Taxa mínima de atratividade. É uma taxa percentual de variabilidade dos valores.
- **n:** número do período.
- **FCn:** valor do fluxo de caixa do último período, podendo ser meses ou anos.

3.2.3 ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Ebitda de 2022 - UNIFEOB:

Segue abaixo a Demonstração do Resultado do Exercício e o valor do indicador Ebitda do ano de 2022, fornecidos pela própria instituição UNIFEOB e que foram utilizados como base para os cálculos das projeções nos anos de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027.

Imagem 1: Demonstração do Resultado do Exercício 2022.

| DRE 2022 - UNIFEOB | |
|---------------------------|--------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | R\$ 69.393.855,00 |
| CUSTOS | -R\$ 10.587.451,00 |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | R\$ 58.806.404,00 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -R\$ 30.652.821,00 |
| LUCRO OPERACIONAL | R\$ 28.153.583,00 |
| DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO | -R\$ 3.105.994,00 |
| RESULTADO FINANCEIRO | -R\$ 27.078.600,00 |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | -R\$ 2.031.011,00 |

Fonte: Tabela de autoria própria (2023). Dados extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício de 2023, divulgados pela UNIFEOB.

Imagem 2: Ebitda 2022.

| EBITDA 2022 - UNIFEOB | |
|------------------------------|------------------|
| EBITDA | R\$31.259.577,00 |

Fonte: Tabela de autoria própria (2023). Dados extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício de 2023, divulgados pela UNIFEOB.

Conforme pode ser observado nas tabelas, a UNIFEOB no ano de 2022 apresentou na DRE um lucro operacional de R \$28.153.583,00. Contudo, ao descontar o valor da depreciação/amortização e do resultado financeiro, o valor resultante foi de um prejuízo no exercício de -R \$2.031.011,00. Em relação ao Ebitda, ao somar o lucro operacional com a depreciação/amortização, o indicador foi de R \$31.259.577,00, representando a capacidade de geração de caixa da instituição no ano.

Projeções da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e do Ebitda para os anos de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027- UNIFEOB:

Nos cálculos das projeções foram usadas as taxas de inflação e Selic estimadas para os próximos anos, conforme divulgadas pelo Banco Itaú S.A., e apresentadas na tabela abaixo:

Imagem 3: Taxas da Inflação e da Selic para os próximos cinco anos.

| ANO/TAXA | INFLAÇÃO | SELIC |
|-----------------|-----------------|--------------|
| 2023 | 6,01% | 12,50% |
| 2024 | 4,18% | 10,00% |
| 2025 | 4,00% | 9,00% |
| 2026 | 4,00% | 8,75% |
| 2027 | 4,00% | 8,75% |

Fonte: Tabela de autoria própria, conforme projeções feitas pelo Banco Itaú S.A (2023). Disponível no site: <<https://www.itau.com.br/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/6ca0a1a4-5c66-a6f2-0b8d-127248f8ef5a?origin=2.>>>.

Vale ressaltar que para a projeção das receitas, custos e despesas é utilizada a taxa da inflação, e a taxa Selic serve como base na projeção do resultado financeiro.

Seguem nas próximas tabelas os resultados estipulados com as projeções das Demonstrações do Resultado do Exercício e do indicador Ebitda.

Imagem 4: Demonstração do Resultado do Exercício de 2023.

| DRE 2023 - UNIFEOB | |
|---------------------------|-------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | R\$73.564.425,69 |
| CUSTOS | -R\$11.223.756,81 |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | R\$62.340.668,88 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -R\$32.495.055,54 |
| LUCRO OPERACIONAL | R\$29.845.613,34 |
| DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO | -R\$3.292.664,24 |
| RESULTADO FINANCEIRO | -R\$30.463.425,00 |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | -R\$3.910.475,90 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Imagem 5: Demonstração do Resultado do Exercício de 2024.

| DRE 2024 - UNIFEOB | |
|---------------------------|-------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | R\$76.639.418,68 |
| CUSTOS | -R\$11.692.909,84 |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | R\$64.946.508,84 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -R\$33.853.348,86 |
| LUCRO OPERACIONAL | R\$31.093.159,98 |
| DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO | -R\$3.430.297,60 |
| RESULTADO FINANCEIRO | -R\$33.509.767,50 |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | -R\$5.846.905,13 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Imagem 6: Demonstração do Resultado do Exercício de 2025.

| DRE 2025 - UNIFEOB | |
|---------------------------|-------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | R\$79.704.995,43 |
| CUSTOS | -R\$12.160.626,23 |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | R\$67.544.369,19 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -R\$35.207.482,82 |
| LUCRO OPERACIONAL | R\$32.336.886,37 |
| DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO | -R\$3.567.509,51 |
| RESULTADO FINANCEIRO | -R\$36.525.646,58 |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | -R\$7.756.269,71 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Imagem 7: Demonstração do Resultado do Exercício de 2026.

| DRE 2026 - UNIFEOB | |
|---------------------------|-------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | R\$82.893.195,24 |
| CUSTOS | -R\$12.647.051,28 |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | R\$70.246.143,96 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -R\$36.615.782,13 |
| LUCRO OPERACIONAL | R\$33.630.361,83 |
| DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO | -R\$3.710.209,89 |
| RESULTADO FINANCEIRO | -R\$39.721.640,65 |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | -R\$9.801.488,71 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Imagem 8: Demonstração do Resultado do Exercício de 2027.

| DRE 2027 - UNIFEOB | |
|---------------------------|-------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | R\$86.208.923,05 |
| CUSTOS | -R\$13.152.933,33 |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | R\$73.055.989,72 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -R\$38.080.413,42 |
| LUCRO OPERACIONAL | R\$34.975.576,30 |
| DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO | -R\$3.858.618,28 |
| RESULTADO FINANCEIRO | -R\$43.197.284,21 |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | -R\$12.080.326,19 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Segundo as informações apresentadas nas tabelas, a UNIFEOB tem a perspectiva de aumentar o seu lucro operacional nos próximos anos, saindo de R \$28.153.583,00 em 2022, para R \$34.975.576,30 em 2027. Porém, as projeções apontam para um crescimento no prejuízo dos próximos períodos variando de -R \$2.31.011,00 em 2022, para -R \$12.080.326,19 em 2027, devido a um aumento nas despesas com depreciação/amortização e nas despesas financeiras.

Imagem 9: Ebitda Projetado.

| EBITDA PROJETADO - UNIFEOB | |
|-----------------------------------|--------------------|
| EBITDA 2023 | R\$ 33.138.277,58 |
| EBITDA 2024 | R\$ 34.523.457,58 |
| EBITDA 2025 | R\$ 35.904.395,88 |
| EBITDA 2026 | R\$ 37.340.571,72 |
| EBITDA 2027 | R\$ 38.834.194,59 |
| TOTAL | R\$ 179.740.897,35 |

Fonte: Autoria própria (2023).

De acordo com as informações da tabela acima, a tendência é que o Ebitda (lucro operacional + despesas com depreciação/amortização) cresça constantemente nos próximos anos, aumentando de R \$31.259.577,00 em 2022, para R \$38.834.194,59 em 2027, isto é, um crescimento de 24,23%.

Imagem 10: Ebitda Descontado (Valor Presente).

| EBITDA DESCONTADO - UNIFEOB | |
|------------------------------------|--------------------------|
| ANO 2023 | R\$29.132.551,72 |
| ANO 2024 | R\$26.681.575,72 |
| ANO 2025 | R\$24.394.583,51 |
| ANO 2026 | R\$22.303.619,21 |
| ANO 2027 | R\$20.391.880,42 |
| TOTAL | R\$122.904.210,58 |

Fonte: Aatoria própria (2023).

Após a realização dos cálculos do Ebitda, foi aplicada a fórmula do valor presente em conjunto com a taxa mínima de atratividade de 13,75% (taxa Selic do ano de 2023) no intuito de descobrir o valor da empresa. Em conformidade com a tabela acima, ao somar os resultados apurados nos anos de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 encontra-se o Valuation da UNIFEOB no valor de R \$122.904.210,58.

Ao dividir o valor do Valuation calculado pelo valor do Ebitda de 2022, é encontrado o índice de 3,93. Ao fazer a conversão para anos, o mesmo equivale a 3 anos e 11 meses. Ou seja, ao se basear no Ebitda do ano de 2022, a UNIFEOB terá capacidade de gerar caixa apenas para os próximos 3 anos e 11 meses, não completando o período dos 5 anos projetados. Dessa forma, a mesma, nas condições atuais, não apresentará lucros nos próximos períodos, além de correr o risco de se endividar, principalmente, devido às suas despesas financeiras.

Imagem 11: Síntese Ebitda Descontado.

| EBITDA DESCONTADO | |
|----------------------------------|--------------------|
| TOTAL DO EBITDA PROJETADO | R\$ 122.904.210,58 |
| EBITDA EM 2022 | R\$ 31.259.577,00 |
| INDICADOR DE EBITDA | 3,93 |
| PERÍODO | 3 ANOS E 11 MESES |

Fonte: Aatoria própria (2023).

Fluxo de Caixa Projetado e Fluxo de Caixa Descontado - UNIFEOB:

Segue na tabela abaixo os saldos da conta Caixa e Equivalentes de Caixa nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 conforme divulgados nos Balanços Patrimoniais da UNIFEOB.

Imagem 12: Caixa e Equivalentes nos últimos quatro anos.

| BALANÇO PATRIMONIAL - UNIFEOB | | | | |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|
| ATIVO | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | |
| CAIXA E EQUIVALENTES | R\$2.130.116,00 | R\$3.651.890,00 | R\$11.069.692,00 | R\$4.894.561,00 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Pode-se observar na tabela subsequente que em 2020 houve uma geração de Caixa no valor de R \$6.175.131,00, enquanto que em 2021 e 2022 houve consumo de Caixa nos valores de R \$7.417.802,00 e R \$1.521.774,00, respectivamente.

Imagem 13: Fluxo de Caixa nos últimos três anos.

| FLUXO DE CAIXA | | |
|-----------------------|------|--------------|
| 2020 | R\$ | 6.175.131,00 |
| 2021 | -R\$ | 7.417.802,00 |
| 2022 | -R\$ | 1.521.774,00 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Projeção da Conta Caixa e Equivalentes de Caixa:

Para o cálculo da projeção da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, foram utilizadas as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil esperadas para os próximos anos, de acordo com informações do site Agência Brasil, publicadas no dia 12/05/2023, pela jornalista Andreia Verdélio e descritas logo abaixo. Vale ressaltar que, o percentual de crescimento do PIB foi considerado como parâmetro, pois a expectativa é para que a UNIFEOB consiga acompanhar, pelo menos, o crescimento da economia brasileira projetado para os próximos anos.

Imagem 14: Projeção do PIB para os próximos cinco anos.

| PRODUTO INTERNO BRUTO - BRASIL | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| ANO | EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO |
| 2023 | 1,02% |
| 2024 | 1,38% |
| 2025 | 1,70% |
| 2026 | 1,80% |
| 2027 | 1,80% |

Fonte: Tabela de autoria própria (2023). Conforme projeções de Andreia Verdélio disponíveis no site: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/previsao-da-inflacao-subiu-para-603-este-ano-diz-boletim-focus>>.

Caixa Projetado:

Diante das taxas e do saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa correspondente ao ano de 2022, foram projetados os saldos da conta em análise para os anos de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027, obtendo-se os seguintes resultados:

Imagem 15: Caixa Projetado.

| CAIXA PROJETADO - UNIFEQB | |
|----------------------------------|------------------|
| CAIXA 2023 | R\$2.151.843,18 |
| CAIXA 2024 | R\$2.181.538,62 |
| CAIXA 2025 | R\$2.218.624,78 |
| CAIXA 2026 | R\$2.258.560,02 |
| CAIXA 2027 | R\$2.299.214,10 |
| TOTAL | R\$11.109.780,70 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Após a projeção, a expectativa é que a conta Caixa e Equivalentes de Caixa tenha um aumento de 7,93% no período abordado, saindo de R \$2.130.116,00 em 2022 para R \$2.299.214,10 em 2027.

Imagem 16: Caixa Descontado (FCD).

| CAIXA DESCONTADO (FCD) - UNIFEQB | | |
|-----------------------------------------|-----|--------------|
| CAIXA 2023 | R\$ | 1.891.730,27 |
| CAIXA 2024 | R\$ | 1.686.009,80 |
| CAIXA 2025 | R\$ | 1.507.403,93 |
| CAIXA 2026 | R\$ | 1.349.043,69 |
| CAIXA 2027 | R\$ | 1.207.319,98 |
| TOTAL | R\$ | 7.641.507,67 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Após a realização dos cálculos da projeção, foi empregada a fórmula do valor presente acompanhada com a taxa mínima de atratividade de 13,75% (taxa Selic do ano de 2023) no intuito de descobrir o valor do Caixa Descontado para os próximos anos. Em conformidade com a tabela anterior, ao somar os resultados obtidos nos anos de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 encontra-se o valor de R \$7.641.507,67.

Ao dividir o valor total do Caixa projetado pelo número de anos projetados, obtém-se o resultado de R \$1.528.301,53. Levando em consideração que o saldo da conta Caixa e Equivalentes em 2022 era de R \$2.130.116,00, conclui-se que terá um consumo de Caixa no valor de R \$601.814,47 em média nos próximos anos, agravando ainda mais a situação financeira da UNIFEQB.

Imagem 17: Síntese Fluxo de Caixa Descontado.

| FLUXO DE CAIXA DESCONTADO (FDC) | | |
|----------------------------------------|------|--------------|
| TOTAL DO CAIXA PROJETADO | R\$ | 7.641.507,67 |
| MÉDIA PARA OS ANOS PROJETADOS | R\$ | 1.528.301,53 |
| CAIXA E EQUIVALENTES EM 2022 | R\$ | 2.130.116,00 |
| MÉDIA DE CAIXA A SER CONSUMIDO | -R\$ | 601.814,47 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Conclusão:

Portanto, após os estudos dos conceitos sobre avaliação de empresas e a execução dos cálculos do Valuation e fluxo de caixa, concluímos que a UNIFEOB não se mostra uma boa empresa para se investir, devido a sua capacidade de geração de caixa (lucro operacional) não ser suficiente para pagar as despesas financeiras. Assim sendo, o resultado financeiro requer atenção, pois a perspectiva é de continuar crescendo negativamente nos próximos períodos, exigindo que os gestores busquem soluções para renegociar dívidas a juros menores, além de ser recomendável procurar alternativas (como redução de custos) para que as atividades operacionais não fiquem dependentes de empréstimos ou financiamentos.

Enfim, ao olhar principalmente para os resultados das atividades operacionais, do Valuation e do resultado financeiro, acreditamos que a UNIFEOB não seja uma empresa rentável para futuros investimentos.

3.3 GESTÃO DE PESSOAS E ROTINAS TRABALHISTAS

Segundo o Balanço Social de 2021 da UNIFEOB, divulgado pela própria instituição, no ano de 2021, a mesma contava com 198 colaboradores no corpo técnico-administrativo e tinha um corpo docente de 222 profissionais, oferecendo oportunidades para qualificação por meio de cursos e treinamentos, e apoio para realização de cursos de graduação e pós-graduação. Além do mais, a UNIFEOB busca oportunizar a capacitação em especial por intermédio de programas de incentivo à pós-graduação e atualização.

Com uma atuação voltada para administração de pessoal, contempla folha de pagamento, benefícios como plano de saúde, plano odontológico, vale-transporte, vale-alimentação, auxílio-creche, seguro contra acidentes pessoais, empréstimos consignados, entre vários outros. Possui sistema cadastral, controle de documentos, cartão de ponto, processo de admissão e demissão, impostos trabalhistas e todas as outras frentes que envolvem o cumprimento da legislação trabalhistas e convenções.

A UNIFEOB tem uma área própria para Medicina do Trabalho, a Área de Medicina Ocupacional lida com a relação entre os colaboradores e a natureza de seu trabalho, visando não somente a prevenção de acidentes e das doenças de trabalho, mas a promoção da saúde e qualidade de vida.

No ano de 2021, foram realizados um total de 455 atendimentos do setor de medicina operacional, sendo 114 exames admissionais, 210 exames periódicos, 107 exames demissionais, 11 exames para mudança de função e 13 para retorno ao trabalho.

Ademais, a UNIFEOB todos os anos realiza treinamentos e capacitações para os seus colaboradores, alinhados aos propósitos da instituição. No ano de 2021, houve um total de 13.910 horas e 20 minutos de treinamento, tendo a participação de 334 colaboradores.

3.3.1 DOS PROCEDIMENTOS PRÉ ADMISSIONAIS

Os procedimentos pré admissionais são importantes para garantir a seleção adequada dos candidatos e evitar possíveis problemas no futuro. Eles são realizados antes da contratação e incluem a verificação de documentos, histórico profissional, exames médicos, entre outros.

Estes procedimentos não só são fundamentais para garantir a segurança e integridade da empresa identificando possíveis riscos como a falsificação de documentos ou antecedentes criminais, mas também para assegurar que o candidato atenda aos requisitos necessários para a função, encontrando o mais adequado para o cargo.

Com o objetivo citado acima, a UNIFEOB pratica alguns procedimentos pré admissionais para os cargos que oferece, dentre eles estão:

- **Análise curriculares:** análise do currículo do candidato para avaliar suas habilidades e experiências relacionadas a vaga em aberto;
- **Entrevista:** realização de uma entrevista para avaliar ao perfil comportamental, as competências e habilidades do candidato e experiências anteriores;
- **Verificação de referências:** contatos com as referências profissionais do candidato para validar informações sobre sua atuação profissional;
- **Avaliação psicológica:** aplicação de testes e entrevista psicológica para avaliar o perfil psicológico do candidato e sua aptidões;
- **Exames médicos:** verificação da condição de saúde do candidato, por meio de exames realizados por um médico da empresa; e
- **Confirmação de documentos:** verificação dos documentos apresentados pelo candidato que incluem, ensino médio, graduação, pós-graduação, Carteira de trabalho.

3.3.2 DOS PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS REGULARES

Uma vez que o candidato é aprovado e inicia suas atividades, a empresa passa a ser responsável por sua segurança no ambiente de trabalho. São várias normas regulamentadoras que regem esse preceito, abaixo estão evidenciadas algumas delas.

PGR - Programa Gerador de Riscos:

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, o Programa Gerador de Riscos (PGR) pode ser definido como:

a materialização do processo de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (por meio de documentos físicos ou por sistema eletrônico), visando à melhoria contínua das condições da exposição dos trabalhadores por meio de ações multidisciplinares e sistematizadas.

Ainda de acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, o PGR sempre deverá conter, no mínimo, dois documentos:

- **Inventário de Riscos Ocupacionais:** compreende as fases de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, estabelecendo medidas de prevenção necessárias;
- **Plano de Ação:** aqui são estabelecidas as medidas de prevenção que serão introduzidas, aprimoradas ou mantidas, com a finalidade de eliminar, reduzir ou controlar os riscos ocupacionais.

Quando se deve alterar o PGR?

Segundo a NR-01, a avaliação de riscos constitui um processo ininterrupto e deve ser revista bianualmente ou quando acontecem as seguintes situações:

- após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
- após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
- quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
- na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
- quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho:

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), é um documento que tem o objetivo de registrar a existência de agentes nocivos à saúde ou integridade física dos trabalhadores. Seu

objetivo é atestar as condições de trabalho que justificam o direito ao empregado segurado de receber a aposentadoria especial. É um laudo técnico elaborado para atestar que o trabalhador desempenha suas atividades laborais exposto à possíveis agravos à saúde.

No LTCAT devem constar os agentes nocivos à saúde do trabalhador, os dados da empresa, do setor e função como um todo, além de todas as atividades desenvolvidas pelo empregado segurado e suas condições ambientais de trabalho.

Os agentes nocivos que precisam ser mencionados no LTCAT estão previstos no Anexo IV do Decreto nº 3.048/99, e podem ser:

- Químicos: casos em que há a possibilidade de contato por via respiratória, pela pele ou por ingestão, como óleos, poeira, tinta, cloro, mercúrio, arsênio, entre outros;
- Físicos: existência de agentes como vibrações, ruídos, radiações, pressões e temperaturas anormais, etc;
- Biológicos: exposição a microrganismos, parasitas infecto contagiosos vivos e suas toxinas, bactérias, fungos ou vírus capazes de prejudicar a saúde do empregado;
- Associação de agentes: combinação de mais de uma espécie dos agentes listados acima.

No LTCAT deve conter também informação sobre a existência e aplicação efetiva de Equipamento de Proteção Individual - EPI ou Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, que neutralizem ou atenuem os efeitos da nocividade dos agentes em relação aos limites de tolerância estabelecidos. No documento é necessário informar se a utilização do EPC ou do EPI reduz a nocividade do agente nocivo de modo a atenuar ou a neutralizar seus efeitos em relação aos limites de tolerância legais estabelecidos, e as especificações a respeito dos EPCs e dos EPIs utilizados, listando os Certificados de Aprovação - CA, e respectivamente, os prazos de validade, a periodicidade das trocas e o controle de fornecimento aos trabalhadores.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO:

Conforme o Ministério do Trabalho e Previdência, o PCMSO estabelece a obrigatoriedade de criação e implementação, por parte das empresas empregadoras, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional com a finalidade de promover e preservar a saúde de seus colaboradores. Portanto, as empresas devem encarregar o setor de RH para providenciar exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais. O PCMSO é regulamentado pela norma nº 07 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tudo isso para que seja possível prevenir, monitorar e controlar possíveis danos à saúde dos colaboradores.

As empresas encarregam o setor de Recursos Humanos (RH) no sentido de providenciar alguns tipos específicos de avaliações clínicas, tais como:

- Exames médicos admissionais;
- Exames periódicos;
- Exames de retorno ao trabalho;
- Exames de mudança de função; e
- Exames demissionais.

O PCMSO é um documento que tem como finalidade os seguintes pontos:

- Relacionar todos os riscos ocupacionais dos empregados;
- Propor soluções plausíveis;
- Acompanhar a situação clínica daqueles que se envolveram em acidentes durante o expediente;
- Contribuir indiretamente para a melhoria da cultura organizacional.
- Como forma de prevenção de problemas laborais, é preconizado o exame médico periódico conforme o tipo de atividade exercida, a idade do trabalhador e o tempo de exposição a um risco.

3.3.3 SIMULAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Segundo o Ministério do Esporte, LGPD é a sigla para Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, uma lei brasileira que tem como objetivo proteger os dados pessoais dos cidadãos brasileiros e garantir mais transparência e segurança no tratamento desses dados por parte das empresas e organizações que os coletam.

A LGPD entrou em vigor em 2020 e estabelece regras sobre coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento de dados pessoais, bem como obriga as empresas a informar aos titulares dos dados sobre as finalidades do tratamento, a forma como os dados são utilizados e a quem são compartilhados. A lei também prevê sanções para empresas que descumprirem suas disposições.

Por conta da LGPD, não foi liberado o acesso à folha de pagamento da instituição UNIFEOB, tornando-se necessário desenvolver uma simulação da folha. Para a realização da mesma, foi feita uma pesquisa no site Glassdoor (2023), onde no dia 03 de maio de 2023, o salário bruto de um professor universitário no Brasil era em torno de R \$6.500,00 mensais.

Para o professor ganhar esse montante, é necessário que ele trabalhe cerca 220 horas/aulas mensais, sendo que o valor de cada aula é de aproximadamente R \$30,00.

Tendo em vista o fato que foi feita a simulação com 15 professores da Escola de Negócios, a planilha com os salários e encargos de todos ficou extensa. Sendo assim, está apresentado logo abaixo o salário de um único professor e o resumo total da folha de pagamento. Para mais informações, colocamos o arquivo completo da folha em “Anexos” no final deste documento.

Imagem 18: Folha de Pagamento da Escola de Negócios.

| 15 - Professor(a) O | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | |
|---------------------------|--------|-------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------|----------------------|------------------|
| *----- Proventos -----* | | *----- Descontos -----* | | *----- Bases -----* | | | |
| e001 SAL. BASE | 145,00 | 4.350,00 | e300 IRRF | 27,50% | 520,32 | e601 DEP. FGTS | 453,91 |
| e075 DSR | 7,00 | 1.323,91 | e301 INSS | 14,00% | 620,54 | e602 BASE-IR | 5.053,37 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 5.673,91 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 5.673,91 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 5.673,91 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 620,54 |
| Total de Proventos | | 5.673,91 | Total de Descontos | | 1.140,86 | Total Liquido | 4.533,06 |
| Resumo Geral | | | | | | | |
| *----- Proventos -----* | | *----- Descontos -----* | | *----- Bases -----* | | | |
| e001 SAL. BASE | 0,00 | 34.590,00 | e300 IRRF | | 2.599,37 | e601 DEP. FGTS | 3.609,39 |
| e075 DSR | 0,00 | 10.527,39 | e301 INSS | | 4.461,23 | e602 BASE-IR | 40.656,16 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 45.117,39 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 45.117,39 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 45.117,39 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 7.278,24 |
| Total de Proventos | | 45.117,39 | Total de Descontos | | 7.060,60 | Total Liquido | 38.056,79 |

Fonte: Autoria própria (2023).

3.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A perícia contábil é uma área de atuação da contabilidade que envolve a realização de exames técnicos para esclarecer dúvidas e fatos que possam ser objeto de litígio ou necessidade de comprovação.

Existem dois tipos de perícia contábil: a judicial, realizada por um perito nomeado pelo juiz em um processo judicial, e a extrajudicial, contratada por particulares ou empresas para solucionar questões de natureza contábil.

A nomeação do perito contábil é feita pelo juiz, em processo judicial, ou pelo contratante, em perícia extrajudicial. O perito deve ser um contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e possuir conhecimento técnico e experiência na área que será realizada a perícia.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) estabelecem os procedimentos técnicos e éticos que devem ser seguidos pelos peritos contábeis, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos trabalhos realizados.

3.4.1 PERÍCIA CONTÁBIL

Para melhor definir a perícia contábil, a NBC TP 01 a descreve como:

o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

Exercida exclusivamente pelo contador com conhecimento técnico, a perícia contábil divide-se em dois tipos: a **perícia judicial** e a **extrajudicial**.

A perícia judicial é exercida sob tutela da justiça, sendo o perito nomeado pelo juiz e podendo ele aceitar ou recusar a nomeação dentro do prazo de cinco dias.

Já a perícia extrajudicial é exercida no âmbito **arbitral, estatal** ou **voluntária**, sendo exercidas sobre controle e orientações, respectivamente, pela Lei da arbitragem, órgão do Estado e espontaneamente pelo interessado ou de comum acordo entre as partes.

Para ambos os tipos, o perito contador deve recusar caso se veja sem a capacidade técnica para responder aos quesitos, fugindo estes da sua especialização, dos instrumentos disponíveis para realização do trabalho ou ainda na ausência de independência quanto a causa.

Também há suspeições que podem prejudicar a confiabilidade do trabalho realizado pelo perito contador, devendo ele se declarar suspeito caso:

- seja amigo íntimo de qualquer das partes;
- seja inimigo capital de qualquer das partes;
- seja devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção;
- seja herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges;

- seja parceiro, empregador ou empregado de alguma das partes;
- aconselhar, de alguma forma, parte envolvida no litígio acerca do objeto da discussão; e
- houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.

Além disso, há casos em que o perito deve se considerar impedido de exercer a perícia e recusar prontamente. constituem impedimentos legais ao perito contador:

- fazer parte do processo;
- tiver atuado como perito contador contratado ou prestado depoimento como testemunha no processo;
- tiver cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau, postulando no processo ou entidades da qual esses façam parte de seu quadro societário ou de direção;
- tiver interesse, direto ou indireto, mediato ou imediato, por si, por seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau, no resultado do trabalho pericial;
- exercer cargo ou função incompatível com a atividade de perito contador, em função de impedimentos legais ou estatutários;
- receber dádivas de interessados no processo;
- subministrar meios para atender às despesas do litígio; e
- receber quaisquer valores e benefícios, bens ou coisas sem autorização ou conhecimento do juiz ou árbitro.

Atendendo a todos esses requisitos, o perito inicia suas atividades através do planejamento da perícia contábil. Para um bom planejamento, ele deve conhecer, primeiro, o objetivo e a finalidade, para poder evidenciar as etapas do trabalho, a metodologia e as diretrizes mais adequadas para se chegar a emissão do laudo ou parecer contábil. Caso seja preciso, deve ser evidenciado também a equipe que auxiliará na elaboração da perícia, sendo estes de formação diferente do perito contador.

Após o levantamento dessas informações, a apresentação das mesmas é feita ao juiz ou a parte contratante junto dos honorários. Sendo aceito, o perito contador ou o perito assistente contador iniciam os processos que levarão até o laudo pericial ou o parecer contábil, respectivamente.

3.4.2 LAUDO PERICIAL E PARECER CONTÁBIL

O laudo pericial contábil é um documento técnico elaborado pelo perito contábil, com base em um exame criterioso das informações e documentos relevantes ao processo judicial ou extrajudicial, a fim de esclarecer questões de ordem contábil. O laudo pericial contábil deve ser claro, objetivo e fundamentado, apresentando as conclusões e recomendações do perito sobre as questões que foram objeto de análise.

Já o parecer contábil é um documento técnico elaborado pelo contador, que emite sua opinião técnica sobre determinado assunto contábil. O parecer contábil pode ser solicitado para esclarecer questões relacionadas a demonstrações financeiras, operações contábeis específicas, entre outros temas. O parecer contábil deve ser claro, objetivo e fundamentado, apresentando as opiniões e recomendações do contador sobre as questões que foram objeto de análise.

A principal diferença entre o laudo pericial contábil e o parecer contábil, é que o laudo pericial é elaborado pelo perito contábil, que é um profissional especializado em perícia contábil e nomeado por um juiz ou contratado por uma das partes envolvidas em um processo, enquanto o parecer contábil é elaborado pelo contador, que é um profissional habilitado em contabilidade, e pode ser contratado por uma empresa ou cliente.

Outra diferença é que o laudo pericial contábil é elaborado com o objetivo de esclarecer questões específicas que estão sendo discutidas em um processo judicial ou extrajudicial, enquanto o parecer contábil é elaborado para prestar uma opinião técnica sobre questões contábeis, independentemente de um processo judicial ou extrajudicial.

Em resumo, enquanto o laudo pericial contábil é um documento técnico que visa esclarecer questões contábeis em um processo judicial ou extrajudicial, o parecer contábil é um documento técnico que presta uma opinião técnica sobre questões contábeis, independentemente de um processo judicial ou extrajudicial.

Com o tema devidamente contextualizado, essa disciplina trouxe como resultado final a missão de elaborar uma perícia extrajudicial sobre a folha de pagamento e apresentar um laudo pericial contábil com uma opinião expressa sobre sua veracidade e exatidão.

Para tal, foram realizados alguns procedimentos que permitiram chegar a conclusões sobre a folha de pagamento e se ela se adequava às práticas contábeis e ao que a Consolidação das Leis Trabalhistas determina. O laudo é encontrado abaixo:

3.4.3 PERÍCIA EXTRAJUDICIAL

À UNIFEOB - Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

Endereço: Av. Dr. Octávio Bastos, 2439 - Jd Nova São João - São João da Boa Vista - SP.

Kauã Enrique Oliveira Justino, Matheus do Amaral Roque, Pedro Paulo Felisberto da Silva, Rodrigo César da Silva, Vinícius Fenólio Tonhão e Wender Zampalin Ferreira, peritos contratado pela UNIFEOB, tendo concluído os serviços, pela presente formaliza o Laudo Pericial.

OBJETO

O presente laudo tem como objetivo apresentar o resultado da perícia extrajudicial realizado na folha de pagamento dos professores da escola de negócios da UNIFEOB.

CONCLUSÕES DO PERITO

Para atender ao objetivo dessa perícia, realizaram-se alguns exames sobre a folha de pagamento analisada, buscando identificar o grau de confiança oferecida aos seus usuários. Nesse procedimento, constatou-se que o valor da hora/aula utilizada para o cálculo condiz com a realidade, sendo a quantia de R \$30,00 um valor pago a muitos professores, ainda que este seja apenas o valor inicial praticado atualmente.

Ademais, para conferência dos cálculos, elaborou-se uma planilha na qual foram recalculados o valor devido à previdência social, ao fundo de garantia do tempo de serviço e ao imposto de renda retido na fonte. Como pode ser visto abaixo, todos os valores condizem com os cálculos realizados originalmente:

Imagem 19: Recálculo da Folha de Pagamento da Escola de Negócios.

| FOLHA DE PAGAMENTO | | | | | | | | | |
|---------------------------|----------------|-------------|----------------------|-------------|--------------|----------------|-----------|------------------------|-------------|
| Nº | Salário | DSR | Salário Bruto | INSS | BC IR | Aliq IR | IR | Salário Líquido | FGTS |
| 1 | RS 750,00 | RS 228,26 | RS 978,26 | RS 73,37 | RS 904,89 | 0% | RS 0,00 | RS 904,89 | RS 78,26 |
| 2 | RS 450,00 | RS 136,96 | RS 586,96 | RS 44,02 | RS 542,93 | 0% | RS 0,00 | RS 542,93 | RS 46,96 |
| 3 | RS 4.200,00 | RS 1.278,26 | RS 5.478,26 | RS 593,15 | RS 4.885,11 | 27,50% | RS 474,05 | RS 4.411,07 | RS 438,26 |
| 4 | RS 3.270,00 | RS 995,22 | RS 4.265,22 | RS 423,32 | RS 3.841,89 | 22,50% | RS 228,30 | RS 3.613,60 | RS 341,22 |
| 5 | RS 2.490,00 | RS 757,83 | RS 3.247,83 | RS 293,07 | RS 2.954,76 | 15,00% | RS 88,41 | RS 2.866,34 | RS 259,83 |
| 6 | RS 270,00 | RS 82,17 | RS 352,17 | RS 26,41 | RS 325,76 | 0% | RS 0,00 | RS 325,76 | RS 28,17 |
| 7 | RS 4.170,00 | RS 1.269,13 | RS 5.439,13 | RS 587,67 | RS 4.851,46 | 27,50% | RS 464,79 | RS 4.386,67 | RS 435,13 |
| 8 | RS 2.040,00 | RS 620,87 | RS 2.660,87 | RS 222,64 | RS 2.438,23 | 7,50% | RS 40,07 | RS 2.398,17 | RS 212,87 |
| 9 | RS 660,00 | RS 200,87 | RS 860,87 | RS 64,57 | RS 796,30 | 0% | RS 0,00 | RS 796,30 | RS 68,87 |
| 10 | RS 4.020,00 | RS 1.223,48 | RS 5.243,48 | RS 560,28 | RS 4.683,20 | 27,50% | RS 418,52 | RS 4.264,68 | RS 419,48 |
| 11 | RS 1.440,00 | RS 438,26 | RS 1.878,26 | RS 149,51 | RS 1.728,75 | 0% | RS 0,00 | RS 1.728,75 | RS 150,26 |
| 12 | RS 2.370,00 | RS 721,30 | RS 3.091,30 | RS 274,29 | RS 2.817,02 | 7,50% | RS 68,48 | RS 2.748,54 | RS 247,30 |
| 13 | RS 570,00 | RS 173,48 | RS 743,48 | RS 55,76 | RS 687,72 | 0% | RS 0,00 | RS 687,72 | RS 59,48 |
| 14 | RS 3.540,00 | RS 1.077,39 | RS 4.617,39 | RS 472,63 | RS 4.144,76 | 22,50% | RS 296,44 | RS 3.848,32 | RS 369,39 |
| 15 | RS 4.350,00 | RS 1.323,91 | RS 5.673,91 | RS 620,54 | RS 5.053,37 | 27,50% | RS 520,32 | RS 4.533,06 | RS 453,91 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Por fim, também foi indagado ao gerente de recursos humanos, funcionário da UNIFEOB, sobre a folha de pagamento e informações que pudessem constatar a exatidão destes cálculos. Devido à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, não foi possível obter acesso a muitas informações, mas confirma-se o fato dos professores receberem seu salário baseado em horas/aulas e não mensalmente.

ENCERRAMENTO DO PERITO

Pelas pesquisas e análises feitas, conclui o Perito que os cálculos baseiam-se em uma realidade plausível e que estão todos realizados em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A LGPD não foi descumprida em momento algum das ações realizadas na elaboração da folha de pagamento e na perícia, sendo respeitada em todas as etapas. Por fim, também é possível afirmar que todos os cálculos estão realizados de maneira correta, sem falhas matemáticas.

São João da Boa Vista, 05 de Maio de 2023.

Kauã Enrique Oliveira Justino, Matheus do Amaral Roque, Pedro Paulo Felisberto da Silva, Rodrigo César da Silva, Vinícius Fenólio Tonhão e Wender Zampalin Ferreira.

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ

Ao longo dos módulos da grade curricular da UNIFEOB, sempre há uma incitação aos alunos que transcende os materiais didáticos técnicos da área. Este é o papel do conteúdo de formação para a vida que, a cada módulo, sempre traz um novo tema para que os discentes possam evoluir uma competência.

Neste semestre em questão, a competência a ser desenvolvida é a comunicação eficaz, tema muito importante para o desenvolvimento de boas relações interpessoais, tanto a nível profissional quanto pessoal, ou seja, no trabalho ou até mesmo em casa.

Com o uso de materiais disponibilizados pelas tutoras Aline Vital e Lavínia Miguel, os alunos tiveram a oportunidade de aplicar práticas que melhorassem sua comunicação e entender a importância e impactos que há em ser eficaz nessa competência.

A seguir podemos conferir um pouco do que a unidade de formação para a vida proporcionou com este tema.

3.5.1 COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ

A comunicação eficaz é um fator chave em nossas interações diárias, sejam elas presenciais ou virtuais. Os quatro tópicos abordam diferentes aspectos da comunicação e como podemos melhorá-la.

No tópico 1, o foco está na construção de relações por meio de uma comunicação eficaz. Isso envolve a capacidade de ouvir ativamente, entender as necessidades e expectativas do interlocutor e se comunicar de maneira clara e direta. Um exemplo prático disso seria em uma reunião de trabalho, onde cada participante tem um papel importante e deve ser ouvido e respeitado.

No tópico 2, o diálogo é destacado como uma ferramenta poderosa para uma boa conversa. Isso envolve não apenas falar, mas também ouvir e entender a perspectiva do outro. Um exemplo disso é uma discussão em grupo, onde cada pessoa tem a oportunidade de expressar suas opiniões e ideias, e o diálogo é construído de forma colaborativa.

No tópico 3, a importância da mensagem escrita é enfatizada. Uma comunicação eficaz por escrito envolve a habilidade de transmitir informações de maneira clara e objetiva, adaptando-se ao público-alvo e utilizando uma linguagem apropriada. Um exemplo prático é

escrever um e-mail profissional, que deve ser claro, conciso e sem erros ortográficos ou gramaticais.

Por fim, o tópico 4 aborda a comunicação virtual, que se tornou cada vez mais importante com o aumento do trabalho remoto e das interações virtuais. É importante compreender as diferenças entre a comunicação virtual e a presencial e ajustar a linguagem e o tom de acordo. Um exemplo prático seria uma videoconferência, onde é preciso garantir uma boa conexão, evitar distrações e manter a atenção na interação com os participantes.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Com o intuito de trazer benefícios para a comunidade, os estudantes desse módulo foram incentivados a produzirem um conteúdo que falasse justamente sobre a comunicação eficaz, com algumas diretrizes que podem ajudar nesse processo.

A escolha feita por este grupo foi a elaboração de um vídeo postado no youtube. Para conferir o resultado, você pode acessar por este link: <https://youtu.be/dHOQISpm9FU>.

4 CONCLUSÃO

Durante o período do projeto, diversos dados foram levantados, em sua maioria fornecidos pelo gerente de recursos humanos. Com base nestas informações, foi realizada uma auditoria na instituição, levando em consideração os conceitos ensinados durante o semestre e citações de livros e artigos que podem ser encontrados nesse projeto, encontrando assim, os pontos fortes e fracos da organização.

Ademais, a partir de pesquisas sobre o mercado e cenário econômico, o grupo projetou os resultados econômicos-financeiros dos próximos anos da UNIFEQB. Para isso, foram utilizados dados do balanço patrimonial, da DRE e do fluxo de caixa, em conjunto com a taxa Selic, taxa da inflação e em informações sobre o PIB do Brasil. Após a realização de todas as projeções, os valores foram calculados a valor presente.

Outra ação realizada pelo grupo, fundamentada em conversas com o gerente de recursos humanos e em relatos de funcionários e ex-funcionários da UNIFEQB, foi o levantamento dos principais procedimentos pré-admissionais e sua importância na instituição, e dos procedimentos trabalhistas regulares que a instituição precisa exercer. Além do mais, foi realizada a simulação da folha de pagamento da Escola de Negócios, ressaltando que por conta da LGPD, não foi liberado o acesso à folha de pagamento real da instituição.

Por fim, o grupo elaborou uma perícia extrajudicial sobre a folha de pagamento, chegando à conclusão de que a mesma representava a realidade estudada e estava em conformidade com as leis trabalhistas, convenções e acordos coletivos de trabalho.

Portanto, concluímos que a empresa do terceiro setor em questão, tem alguns pontos fracos que precisam ser revistos, sendo um deles a sua situação financeira, uma vez que há prejuízos apontados nas demonstrações contábeis. Logo, a empresa necessita da ajuda dos seus colaboradores, para reduzir custos e aumentar o lucro, além de buscar a renegociação de empréstimos e financiamentos, a fim de diminuir a dependência de recursos de terceiros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 22.

ANDRADE, Márcio Roberto. **O que é fluxo de caixa e por que ele é essencial para sua empresa**. Disponível em: <<https://blog.contaazul.com/o-que-e-fluxo-de-caixa/>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BORGES, Edione Ferreira. **Auditoria Independente: Compreensão dos Pareceres Sobre as Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/479/1/Edione%20Ferreira%20Borges%20.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL, Ministério do Esporte. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/esporte/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência. **Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR — Ministério do Trabalho e Previdência**. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-d-e-trabalho/inspecao/pgr>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TP 01 – Norma Técnica De Perícia Contábil**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/norma-brasileira-de-contabilidade-nbc-tp-n-1-r1-de-19-de-marco-de-2020-250058048>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

CONSULTORIA, EPR. **Auditoria Interna: Entenda A Sua Importância Para As Organizações**. Disponível em: <<https://eprconsultoria.com.br/auditoria-interna/>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CRC CEARÁ - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. **Auditoria Contábil**. Disponível em: <<https://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/auditoria-contabil/>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil. teoria e prática.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 23. Disponível em:
<https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T208063.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

D'AURIA, Francisco. **Primeiros princípios de contabilidade pura.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p.397. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/cest/a/Kc5Gw9TYG7kJKjVJ7kSD9Nd/?lang=pt>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

DENDASCK, Prof. Dra. Carla. **Quanto Ganha Um Professor De Uma Universidade/De Uma Faculdade? Quais São As Perspectivas De Salário? Vale À Pena Ser Um Professor Universitário? – Parte 2.** Disponível em:
<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/blog/universidades/perspectivas-de-salario>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

EQUIPE DA CONTA AZUL. **O que é auditoria contábil?** Disponível em:
<<https://blog.contaazul.com/o-que-e-auditoria-contabil/>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

FURBINO, Isabella. **Processo de admissão: passo a passo.** Disponível em:
<<https://tangerino.com.br/blog/processo-de-admissao-do-empregado/>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

GLASSDOOR. **Salários do Cargo de Professor de Ensino Superior.** Disponível em:
<https://www.glassdoor.com.br/Sal%C3%A1rios/professor-de-ensino-superior-sal%C3%A1rio-SRCH_KO0,28.htm>. Acesso em: 03 mai. 2023.

HENDRIKSEN, Eldon. **Accounting theory.** 5. ed New York: Irwin, 1992, p. 488. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cest/a/Kc5Gw9TYG7kJKjVJ7kSD9Nd/?lang=pt>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ITAÚ S.A. **Cenário - Macro Brasil.** Disponível em:
<<https://www.itau.com.br/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/6ca0a1a4-5c66-a6f2-0b8d-127248f8ef5a?origin=2.>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LISBOA, Prof. Ibraim. **Relatório De Auditoria Interna.** Disponível em:
<<https://www.portaldeauditoria.com.br>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

MB - Auditores Independentes. **Auditoria independente.** Disponível em:
<<https://www.mbauditores.com.br/auditoria-independente>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ROSANI, Maria Elisabete Lima. **O Sistema de Controle Interno e o Controle Interno da Gestão**. Disponível em:

<<https://www2.unesp.br/portal#!/controle-interno/proposta/sistema-ou-gestao/>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

SAKUMA, Naomi. **Avaliação de empresas: entenda o que é e quais os seus benefícios**.

Disponível em: <<https://gestaodavirada.com/avaliacao-de-empresas/>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SÃO PAULO, Tribunal de Contas do Estado. **Manual de Controle Interno**.

Disponível em:

<<https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Manual%20de%20Controle%20Interno.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

SILVA, Jairton Rogério Duarte. **Distinções entre auditoria interna, externa e perícia contábil**.

Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27222>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

VERDÉLIO, Andreia. **Previsão da inflação subiu para 6,03% este ano, diz o Boletim Focus**. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/previsao-da-inflacao-subiu-para-603-este-ano-diz-boletim-focus>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

UNIÃO, Tribunal de Contas. **Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública - Um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países**.

Disponível em:

<<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/estudo-criterios-gerais-de-controle-interno-na-administracao-publica.htm>> . Acesso em: 29 abr. 2023.

UNIFEOB. **Balanco Social 2021**. Disponível em:

<https://unifeob.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/Balanco_Social_2021_.pdf>.

Acesso em: 29 abr. 2023.

ANEXOS

Anexo 1 - Formulário para Avaliação do Sistema de Controle Interno.

As normas de auditoria geralmente aceitas, requerem um procedimento crítico, adequado estudo e avaliação do sistema de controle interno. Isto vai determinar a extensão dos procedimentos a serem aplicados pela segurança da emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

GERAL: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. Os lançamentos contábeis são adequadamente documentados, aprovados e registrados corretamente e sem atraso.

Explique: Sim, através da integração de sistemas todos os fatos registrados são enviados para a contabilidade.

b. São levantados balancetes periódicos de todas as razões e registros originais.

Explique: Sim, mensal .

c. A empresa está adequadamente protegida contra prejuízos provenientes de sinistros, desfalques e outras irregularidades.

Explique: Todas as demonstrações são auditadas por empresas independentes e todo patrimônio é assegurado.

COMPRAS E PAGAMENTOS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. As mercadorias e serviços são comprados para atender aos objetivos da empresa a preços razoáveis.

Explique: Todo material é feito a cotação com 3 fornecedores, sendo escolhidos os de menor valor.

b. As compras são pronta e corretamente contabilizadas.

Explique: Sim, no exato momento da entrega.

c. Os passivos incorridos são contabilizados pelo valor correto.

Explique: Sim, sempre pelo valor disponibilizado em documento plausível.

d. Os pagamentos são feitos por valores corretos, por mercadorias e serviços recebidos pela empresa.

Explique: Sim mediante a apresentação de nota fiscal.

e. Os pagamentos são contabilizados pronta e corretamente.

Explique: Sim, é contabilizado no momento em que o financeiro realiza a baixa no título no sistema.

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: Sim, é feita a checagem diária com o financeiro e qualquer desvio é identificado imediatamente.

FOLHA DE PAGAMENTO: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que;

a. Os pagamentos são feitos por valores corretos a empregados da empresa, por serviços realmente prestados.

Explique: Sim, valores são pagos corretamente.

b. As folhas de pagamento e os custos de mão-de-obra são pronta e corretamente contabilizados.

Explique: Sim, após o fechamento da folha já é contabilizado.

c. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas, dentro de prazo

razoável.

Explique: Sim, é tudo conferido mensalmente.

ESTOQUES: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. As quantidades de estoque são corretamente apuradas e representam produtos e materiais que pertencem à empresa.

Explique: Sim, todo o estoque é apenas para produtos de consumo.

b. Os estoques são corretamente compilados, valorizados e lançados nas contas.

Explique: Sim, de acordo com o valor que consta na nota fiscal.

c. Os estoques são adequadamente protegidos e segurados.

Explique: Como o estoque é de pequeno valor e apenas para consumo, a empresa entende que não há necessidade de segurar.

d. Os estoques são levantados somente para fins internos da empresa e são prontamente contabilizados.:

Explique: Sim, por serem somente produtos de consumo.

e. Itens em excesso, de pouca movimentação, obsoletos e defeituosos são identificados periodicamente, sendo as contas ajustadas ao valor líquido realizável.

Explique: Sim, os itens obsoletos fazem o descarte pelo valor justo.

VENDAS, CONTAS A RECEBER E COBRANÇAS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os compromissos de vendas são feitos em condições aceitáveis para a empresa.

Explique: A empresa não possui vendas, apenas prestação de serviços e as formas de pagamentos são padrão.

b. As mercadorias despachadas são prontamente faturadas e contabilizadas pelo valor

correto.

Explique: Não, tem vendas.

c. Os saldos individuais, a receber de fregueses, são mostrados pelo valor real devido à empresa.

Explique: Sim, são contabilizados pelo valor real.

d. São feitas provisões adequadas para contas incobráveis, abatimentos, descontos, etc.

Explique: Sim, mensalmente são contabilizados descontos, abatimentos e Pdd.

e. Os pagamentos de fregueses, são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa.

Explique: Sim, toda cobrança é 100% eletrônica, cartão de crédito, boleto.

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: Sim, pelo fato da cobrança ser 100% eletrônica, facilitou o controle de possíveis desfalques e desvios.

CAIXA: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os saldos de caixa representam disponível real em mãos:

Explique: Sim, exatamente o valor disponível dentro da empresa.

b. Os desembolsos são feitos para fins específicos e corretamente contabilizados.

Explique: Sim.

c. Os pagamentos de fregueses, são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa.

Explique: Não há recebimento em espécie na empresa, todo numerário recebido é feito diretamente no banco

d. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: Sim, pela conciliação bancária ser realizada diariamente.

TÍTULOS A RECEBER: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Títulos a receber e respectivas garantias são aceitos, modificados e liberados somente se forem devidamente autorizados.

Explique: Sim, toda e qualquer movimentação precisa ser aprovada pela pró-reitoria administrativa.

b. Os títulos a receber das respectivas garantias estão em poder da empresa.

Explique: Sim.

c. Os saldos de títulos a receber representam valores reais devidos à empresa.

Explique: Sim, passam por auditoria independente.

d. São feitas provisões adequadas para títulos incobráveis.

Explique: Sim, e são aprovadas por auditoria independente.

e. A empresa tem controle dos títulos a receber vendidos ou descontados com cláusula de recompra (ou aval).

Explique: Sim, tudo é regulamentado inclusive na contabilidade.

PAGAMENTOS ANTECIPADOS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os valores ativados são apropriadamente atribuíveis a operações futuras.

Explique: Sim.

b. Todos os valores significativos são apropriadamente contabilizados e amortizados numa base razoável.

Explique: Sim, são amortizados de acordo com cada regra e prazo estipulado.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTROS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. As transações com títulos são apropriadamente autorizadas e contabilizadas.

Explique: A empresa não realiza esse tipo de operação.

b. Cada título emitido tem um valor nominal, taxa e data de vencimento especificados. A data deve reembolsar o valor nominal total do título. Os títulos são adequadamente protegidos e salvaguardados.

Explique: A empresa não realiza esse tipo de operação.

c. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: A empresa não realiza esse tipo de operação.

d. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: A empresa não realiza esse tipo de operação.

IMOBILIZADO: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os saldos das contas do imobilizado representam propriedades reais, adquiridas ou construídas.

Explique: Sim, todas são documentadas e auditadas.

b. As transações com imobilizado (adições, transferências e baixas) são devidamente

autorizadas e contabilizadas.

Explique: Sim, todas são documentadas e auditadas.

c. As aquisições de imobilizado representam débitos realmente capitalizáveis (lançados na conta).

Explique: sim, tudo é adquirido pelo valor da nota fiscal.

d. As depreciações são calculadas em bases aceitáveis e são razoáveis em relação à vida estimada dos bens.

Explique: Sim, a depreciação é feita com base na legislação fiscal.

TÍTULOS A PAGAR E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os empréstimos são devidamente aprovados e contabilizados.

Explique: Sim, aprovados não só pela reitoria mas também com a anuência do ministério público.

b. Os títulos liquidados são devolvidos à empresa, devidamente endossados e cancelados (ou autenticados).

Explique: Sim.

c. As cláusulas contratuais de empréstimos são obedecidas.

Explique: Sim, até por conta da prestação de contas e auditoria.

CAPITAL: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporcionar razoável segurança de que:

a. Os dividendos são pagos corretamente aos acionistas.

Explique: A empresa não paga dividendos por ser uma fundação.

b. A movimentação nas contas de capital é devidamente contabilizada.

Explique: Sim, toda movimentação é contabilizada e auditada.

OPERAÇÕES: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporcionar razoável segurança de que:

a. Receitas, custos e despesas são corretamente contabilizados em regime de competência de exercícios.

Explique: Sim.

b. Receitas, custos e despesas são classificados de forma a permitir uma correta avaliação do resultado das operações.

Explique: Sim, todo resultado é acompanhado mensalmente.

c. As informações fornecidas para decisões de gerência são adequadas e corretamente compiladas.

Explique: Sim, são utilizadas para compor a estratégia da empresa.

Todas as respostas foram fornecidas pelo gerente de recursos humanos da instituição.

Anexo 2 - Demonstrações Contábeis da UNIFEOB**Imagem 20: Ativo Circulante e Não Circulante dos Balanços Patrimoniais dos quatro últimos anos da UNIFEOB.**

| BALANÇO PATRIMONIAL - UNIFEOB | | | | |
|--------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| ATIVO | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | |
| CAIXA E EQUIVALENTES | R\$2.130.116,00 | R\$3.651.890,00 | R\$11.069.692,00 | R\$4.894.561,00 |
| CONTAS A RECEBER | R\$5.639.319,00 | R\$4.919.134,00 | R\$5.145.046,00 | R\$3.455.264,00 |
| ESTOQUES | R\$819.492,00 | R\$879.042,00 | R\$872.443,00 | R\$516.141,00 |
| IMPOSTOS A RECUPERAR | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$159.957,00 |
| OUTROS CRÉDITOS | R\$949.480,00 | R\$1.713.526,00 | R\$1.696.210,00 | R\$1.733.693,00 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | R\$439.528,00 | R\$514.462,00 | R\$483.864,00 | R\$424.179,00 |
| TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE | RS9.977.935,00 | RS11.678.054,00 | RS19.267.255,00 | RS11.183.795,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | | | |
| CONTAS A RECEBER | R\$8.684.861,00 | R\$3.512.561,00 | R\$2.010.508,00 | R\$1.485.003,00 |
| DEPÓSITOS JUDICIAIS | R\$159.354,00 | R\$180.452,00 | R\$263.931,00 | R\$1.749.779,00 |
| OUTROS CRÉDITOS | R\$165.464,00 | R\$195.671,00 | R\$576.878,00 | R\$700.525,00 |
| IMOBILIZADO | R\$61.663.423,00 | R\$62.706.287,00 | R\$63.966.296,00 | R\$64.366.885,00 |
| INTANGÍVEL | R\$873.733,00 | R\$1.350.585,00 | R\$1.682.258,00 | R\$2.096.048,00 |
| TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE | RS71.546.835,00 | RS67.945.556,00 | RS68.499.871,00 | RS70.398.240,00 |
| TOTAL DO ATIVO | RS81.524.770,00 | RS79.623.610,00 | RS87.767.126,00 | RS81.582.035,00 |

Fonte: Tabela de autoria própria (2023). Dados extraídos dos Balanços Patrimoniais divulgados pela UNIFEOB.

Imagem 21: Passivo Circulante, Não Circulante e Patrimônio Líquido dos Balanços Patrimoniais dos quatro últimos anos da UNIFEOB.

| BALANÇO PATRIMONIAL - UNIFEQB | | | | |
|----------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| PASSIVO | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | R\$4.942.557,00 | R\$4.664.231,00 | R\$5.208.968,00 | R\$10.281.399,00 |
| FORNECEDORES | R\$861.612,00 | R\$943.013,00 | R\$546.371,00 | R\$394.750,00 |
| SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS | R\$3.028.529,00 | R\$2.727.652,00 | R\$3.360.444,00 | R\$3.385.698,00 |
| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER | R\$579.184,00 | R\$297.032,00 | R\$174.027,00 | R\$187.034,00 |
| ADIANTAMENTOS RECEBIDOS | R\$518.440,00 | R\$1.098.197,00 | R\$936.735,00 | R\$1.040.967,00 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | R\$274.210,00 | R\$199.144,00 | R\$285.335,00 | R\$79.871,00 |
| TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE | RS10.204.532,00 | RS9.929.269,00 | RS10.511.880,00 | RS15.369.719,00 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | R\$17.990.029,00 | R\$13.569.142,00 | R\$18.135.995,00 | R\$10.538.183,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS | R\$1.725.287,00 | R\$1.300.632,00 | R\$1.896.987,00 | R\$3.165.149,00 |
| PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS | R\$1.917.884,00 | R\$3.227.710,00 | R\$3.038.028,00 | R\$4.723.172,00 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | R\$121.193,00 | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE | RS21.754.393,00 | RS18.097.484,00 | RS23.071.010,00 | RS18.426.504,00 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| PATRIMÔNIO SOCIAL | R\$17.390.640,00 | R\$23.661.587,00 | R\$12.792.399,00 | R\$10.010.243,00 |
| DOAÇÕES E SUBVENÇÕES | R\$566.548,00 | R\$566.548,00 | R\$566.548,00 | R\$566.548,00 |
| RESERVA DE REAVALIAÇÃO | R\$1.931.922,00 | R\$1.968.889,00 | R\$2.005.856,00 | R\$2.043.038,00 |
| AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | R\$31.314.256,00 | R\$31.670.780,00 | R\$32.027.303,00 | R\$32.383.827,00 |
| (DÉFICIT) SUPERÁVIT ACUMULADO | -R\$1.637.521,00 | -R\$6.270.947,00 | R\$6.792.130,00 | R\$2.782.156,00 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | RS49.565.845,00 | RS51.596.857,00 | RS54.184.236,00 | RS47.785.812,00 |
| LÍQUIDO | RS81.524.770,00 | RS79.623.610,00 | RS87.767.126,00 | RS81.582.035,00 |

Fonte: Tabela de autoria própria (2023). Dados extraídos dos Balanços Patrimoniais divulgados pela UNIFEQB.

Imagem 22: Demonstração do Resultado do Exercício de 2022 da UNIFEQB.

| DRE 2022 - UNIFEQB | |
|---------------------------|--------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | R\$ 69.393.855,00 |
| CUSTOS | -R\$ 10.587.451,00 |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | R\$ 58.806.404,00 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | -R\$ 30.652.821,00 |
| LUCRO OPERACIONAL | R\$ 28.153.583,00 |
| DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO | -R\$ 3.105.994,00 |
| RESULTADO FINANCEIRO | -R\$ 27.078.600,00 |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | -R\$ 2.031.011,00 |

Fonte: Tabela de autoria própria (2023). Dados extraídos da Demonstração do Resultados dos Exercícios divulgadas pela UNIFEQB.

Anexo 3 - Simulação da Folha de Pagamento

Imagem 23: Simulação da Folha de Pagamento dos Professores da Escola de Negócios da UNIFEQB.

| FOLHA DE PAGAMENTO - REF. ABRIL DE 2023 | | | | | | | |
|-----------------------------------------|-----------|----------|--------------------|---------------------|----------|----------------|----------|
| 01 - Professor(a) A | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |
| e001 SAL. BASE | 25,00 | 750,00 | e301 INSS | 7,50% | 73,37 | e601 DEP. FGTS | 78,26 |
| e075 DSR | 7,00 | 228,26 | | | | e602 BASE-IR | 904,89 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 978,26 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 978,26 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 978,26 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 73,37 |
| Total de Proventos | | 978,26 | Total de Descontos | | 73,37 | Total Liquido | 904,89 |
| 02 - Professor(a) B | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |
| e001 SAL. BASE | 15,00 | 450,00 | e301 INSS | 7,50% | 44,02 | e601 DEP. FGTS | 46,96 |
| e075 DSR | 7,00 | 136,96 | | | | e602 BASE-IR | 542,93 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 586,96 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 586,96 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 586,96 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 44,02 |
| Total de Proventos | | 586,96 | Total de Descontos | | 44,02 | Total Liquido | 542,93 |
| 03 - Professor(a) C | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |
| e001 SAL. BASE | 140,00 | 4.200,00 | e300 IRRF | 27,50% | 474,05 | e601 DEP. FGTS | 438,26 |
| e075 DSR | 7,00 | 1.278,26 | e301 INSS | 14,00% | 593,15 | e602 BASE-IR | 4.885,11 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 5.478,26 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 5.478,26 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 5.478,26 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 593,15 |
| Total de Proventos | | 5.478,26 | Total de Descontos | | 1.067,19 | Total Liquido | 4.411,07 |
| 04 - Professor(a) D | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |
| e001 SAL. BASE | 109,00 | 3.270,00 | e300 IRRF | 22,50% | 228,30 | e601 DEP. FGTS | 341,22 |
| e075 DSR | 7,00 | 995,22 | e301 INSS | 14,00% | 423,32 | e602 BASE-IR | 3.841,89 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 4.265,22 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 4.265,22 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 4.265,22 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 423,32 |
| Total de Proventos | | 4.265,22 | Total de Descontos | | 651,62 | Total Liquido | 3.613,60 |

| 05 - Professor(a) E | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | | |
|---------------------|-----------|---------------------|--------------------|---------|----------|----------------|----------|
| *.....* | Proventos | *.....* | Descontos | *.....* | Bases | | *.....* |
| e001 SAL. BASE | 83,00 | 2.490,00 | e300 IRRF | 15,00% | 88,41 | e601 DEP. FGTS | 259,83 |
| e075 DSR | 7,00 | 757,83 | e301 INSS | 12,00% | 293,07 | e602 BASE-IR | 2.954,76 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 3.247,83 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 3.247,83 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 3.247,83 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 293,07 |
| Total de Proventos | | 3.247,83 | Total de Descontos | | 381,48 | Total Liquido | 2.866,34 |
| 06 - Professor(a) F | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | | |
| *.....* | Proventos | *.....* | Descontos | *.....* | Bases | | *.....* |
| e001 SAL. BASE | 9,00 | 270,00 | e301 INSS | 7,50% | 26,41 | e601 DEP. FGTS | 28,17 |
| e075 DSR | 7,00 | 82,17 | | | | e602 BASE-IR | 325,76 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 352,17 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 352,17 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 352,17 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 26,41 |
| Total de Proventos | | 352,17 | Total de Descontos | | 26,41 | Total Liquido | 325,76 |
| 07 - Professor(a) G | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | | |
| *.....* | Proventos | *.....* | Descontos | *.....* | Bases | | *.....* |
| e001 SAL. BASE | 139,00 | 4.170,00 | e300 IRRF | 27,50% | 464,79 | e601 DEP. FGTS | 435,13 |
| e075 DSR | 7,00 | 1.269,13 | e301 INSS | 14,00% | 587,67 | e602 BASE-IR | 4.851,46 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 5.439,13 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 5.439,13 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 5.439,13 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 587,67 |
| Total de Proventos | | 5.439,13 | Total de Descontos | | 1.052,46 | Total Liquido | 4.386,67 |
| 08 - Professor(a) H | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | | |
| *.....* | Proventos | *.....* | Descontos | *.....* | Bases | | *.....* |
| e001 SAL. BASE | 68,00 | 2.040,00 | e300 IRRF | 7,50% | 40,07 | e601 DEP. FGTS | 212,87 |
| e075 DSR | 7,00 | 620,87 | e301 INSS | 12,00% | 222,64 | e602 BASE-IR | 2.438,23 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 2.660,87 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 2.660,87 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 2.660,87 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 222,64 |
| Total de Proventos | | 2.660,87 | Total de Descontos | | 262,70 | Total Liquido | 2.398,17 |
| 09 - Professor(a) I | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | | |
| *.....* | Proventos | *.....* | Descontos | *.....* | Bases | | *.....* |
| e001 SAL. BASE | 22,00 | 660,00 | e301 INSS | 7,50% | 64,57 | e601 DEP. FGTS | 68,87 |
| e075 DSR | 7,00 | 200,87 | | | | e602 BASE-IR | 796,30 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 860,87 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 860,87 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 860,87 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 64,57 |
| Total de Proventos | | 860,87 | Total de Descontos | | 64,57 | Total Liquido | 796,30 |
| 10 - Professor(a) J | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | | |
| *.....* | Proventos | *.....* | Descontos | *.....* | Bases | | *.....* |
| e001 SAL. BASE | 134,00 | 4.020,00 | e300 IRRF | 27,50% | 418,52 | e601 DEP. FGTS | 419,48 |
| e075 DSR | 7,00 | 1.223,48 | e301 INSS | 14,00% | 560,28 | e602 BASE-IR | 4.683,20 |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 5.243,48 |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 5.243,48 |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 5.243,48 |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 560,28 |
| Total de Proventos | | 5.243,48 | Total de Descontos | | 978,80 | Total Liquido | 4.264,68 |

| 11 - Professor(a) K | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | |
|---------------------|-----------|-----------|--------------------|---------------------|----------|----------------|-----------|--------|
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |* |
| e001 SAL. BASE | 48,00 | 1.440,00 | e301 INSS | 9,00% | 149,51 | e601 DEP. FGTS | 150,26 | |
| e075 DSR | 7,00 | 438,26 | | | | e602 BASE-IR | 1.728,75 | |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 1.878,26 | |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 1.878,26 | |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 1.878,26 | |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 149,51 | |
| Total de Proventos | | 1.878,26 | Total de Descontos | | 149,51 | Total Liquido | 1.728,75 | |
| 12 - Professor(a) L | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |* |
| e001 SAL. BASE | 79,00 | 2.370,00 | e300 IRRF | 7,50% | 68,48 | e601 DEP. FGTS | 247,30 | |
| e075 DSR | 7,00 | 721,30 | e301 INSS | 12,00% | 274,29 | e602 BASE-IR | 2.817,02 | |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 3.091,30 | |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 3.091,30 | |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 3.091,30 | |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 3.091,30 | |
| Total de Proventos | | 3.091,30 | Total de Descontos | | 342,76 | Total Liquido | 2.748,54 | |
| 13 - Professor(a) M | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |* |
| e001 SAL. BASE | 19,00 | 570,00 | e301 INSS | 7,50% | 55,76 | e601 DEP. FGTS | 59,48 | |
| e075 DSR | 7,00 | 173,48 | | | | e602 BASE-IR | 687,72 | |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 743,48 | |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 743,48 | |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 743,48 | |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 55,76 | |
| Total de Proventos | | 743,48 | Total de Descontos | | 55,76 | Total Liquido | 687,72 | |
| 14 - Professor(a) N | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |* |
| e001 SAL. BASE | 118,00 | 3.540,00 | e300 IRRF | 22,50% | 296,44 | e601 DEP. FGTS | 369,39 | |
| e075 DSR | 7,00 | 1.077,39 | e301 INSS | 14,00% | 472,63 | e602 BASE-IR | 4.144,76 | |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 4.617,39 | |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 4.617,39 | |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 4.617,39 | |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 472,63 | |
| Total de Proventos | | 4.617,39 | Total de Descontos | | 769,07 | Total Liquido | 3.848,32 | |
| 15 - Professor(a) O | | | | SALARIO BASE: 30,00 | | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |* |
| e001 SAL. BASE | 145,00 | 4.350,00 | e300 IRRF | 27,50% | 520,32 | e601 DEP. FGTS | 453,91 | |
| e075 DSR | 7,00 | 1.323,91 | e301 INSS | 14,00% | 620,54 | e602 BASE-IR | 5.053,37 | |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 5.673,91 | |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 5.673,91 | |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 5.673,91 | |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 620,54 | |
| Total de Proventos | | 5.673,91 | Total de Descontos | | 1.140,86 | Total Liquido | 4.533,06 | |
| Resumo Geral | | | | | | | | |
| *.....* | Proventos |* | *.....* | Descontos |* | *.....* | Bases |* |
| e001 SAL. BASE | 0,00 | 34.590,00 | e300 IRRF | | 2.599,37 | e601 DEP. FGTS | 3.609,39 | |
| e075 DSR | 0,00 | 10.527,39 | e301 INSS | | 4.461,23 | e602 BASE-IR | 40.656,16 | |
| | | | | | | e603 BASE-INSS | 45.117,39 | |
| | | | | | | e604 BASE-FGTS | 45.117,39 | |
| | | | | | | e605 BASE-RAIS | 45.117,39 | |
| | | | | | | e611 BASIR-DED | 7.278,24 | |
| Total de Proventos | | 45.117,39 | Total de Descontos | | 7.060,60 | Total Liquido | 38.056,79 | |

Fonte: Autoria própria.

Anexo 4 - Vídeo - Comunicação Eficaz.

VÍDEO - COMUNICAÇÃO EFICAZ